

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 189

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PSDB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 02: Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE DEZEMBRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2530

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto

Plenário, REQUER em regime de urgência do governo do Estado, e da secretaria de Estado da Saúde, atendimento logístico ao Hospital Municipal Nossa Senhora dos Navegantes de Matinhos-Pr.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O atual prefeito de Matinhos, Francisco Carlim dos Santos, abandonou completamente o Hospital Municipal Nossa Senhora dos Navegantes. O atendimento às reivindicações se faz urgente e necessário devido ao fluxo de turistas e veranistas que estarão na Orla Marítima nesta temporada, especialmente em Matinhos e Caiobá, a partir do dia 1º de Janeiro de 2001, saltando de 30 mil para 400 mil, data que coincide com a posse do novo prefeito.

REQUERIMENTO Nº 2567

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, destaque e preferência de discussão e votação, sobre as demais emendas, para a emenda sob o protocolo nº 9840, de autoria do deputado Orlando Pessuti e outros, que dispõe sobre a inclusão de novo artigo na seção 7ª, do Projeto de Lei nº 314/2000 (Proposta Orçamentária para o exercício de 2001).

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira e Irineu Colombo.

EMENDAS AO TEXTO DA LEI

PROTOCOLO Nº 9840

Autor(es): Orlando Pessuti e outros.

OBJETO DA EMENDA

Inclua-se novo artigo na seção 7ª deste projeto de lei, com a seguinte redação:

Art. - Fica o Poder Executivo, dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente, obrigado a tomar medidas necessárias para recompor perdas salariais do funcionalismo público estadual, cujo índice de perdas acumuladas entre agosto de 1995 e outubro de 2000 é de 47,09 (quarenta e sete vírgula zero nove por cento) utilizando para isso recursos oriundos do crescimento da Receita Corrente Líquida (RCL), em relação ao exercício anterior.

JUSTIFICATIVAS:

Em agosto de 1995 o funcionalismo público estadual obteve uma reposição de vencimentos correspondente a 10%. Foi o único reajuste dos últimos cinco anos. Desde então o custo de vida se elevou consideravelmente, em decorrência do processo inflacionário que, de acordo com o ICV Dieese, reduziu o poder de compra

dos salários em 47;09%. Este percentual deve necessariamente ser par integrante da previsão orçamentária para 2001, tornando possível sua recomposição. Ao prever um reajustamento salarial para os quadros funcionais do setor público, a Lei Orçamentária estará consagrando um importante princípio de justiça social. Ressalte-se que tal medida encontra amparo perante a LRF 101/2000, pois o índice de comprometimento da receita está abaixo do exibido por esta lei.

REQUERIMENTO Nº 2568

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2528

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a reinclusão do Projeto de Lei nº 423/2000, na 1ª Sessão Extraordinária a ser realizada nesta data.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2563

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a inclusão na Sessão Extraordinária do dia de hoje do Projeto de Lei nº 347/2000, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Direito na UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu. A presente proposição foi retirada da discussão e votação no dia de ontem, através de requerimento do deputado Élio Lino Rusch.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) CHICO NOROESTE

Apoiamento:

Ricardo Chab, Luiz Carlos Zuk, Miltinho Pupio, Beraldin, José Maria Ferreira, Tony Garcia, Plauto Miró Guimarães, Cezar Silvestri, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Durval Amaral, Algaci Tulio, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Marcos Isfer, Hermas Brandão, Carlos Simões, Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Ademar Traiano, Edno Guimarães, Sérgio Spada, Ângelo Vanhoni, Pastor Edson Praczyk, Geraldo Cartário e Ricardo Maia.

REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário com base no artigo 135, § 2º do Regimento Interno, que sejam aplicadas ao secretário de Estado da Administração as penas contidas no parágrafo único do artigo 55 da Constituição do Estado, “A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de Informações aos secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIV do artigo 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.”

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2529

Senhor Presidente

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de pesar à família Silva Gomes, pelo passamento do doutor Newmann da Silva Gomes, ocorrido em Maringá no último dia 08.

Odontólogo renomado, pioneiro na especialidade de periodontia, dotado de uma grande capacidade profissional, bondade e espiritualidade, deixa uma lacuna na cidade de Maringá e região.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2531

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Maria José Moreira da Silva, falecida no último dia 13 de dezembro no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES.

REQUERIMENTO Nº 2527

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos conselheiros Rafael Iatauro, Henrique Naigeboren e Nestor Baptista, eleitos hoje para presidente, vice-presidente e corregedor geral do Tribunal de Contas do Estado.

Requer, outrossim, que dá decisão da Casa, seja dada ciência aos senhores conselheiros nominados.

Sala das Sessões, em 14.12.2000

(aa) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

É motivo de júbilo para todos os paranaenses tomar conhecimento da eleição dos eminentes conselheiros: Rafael Iatauro, Henrique Naigeboren e Nestor Baptista, aos mais elevados cargos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O Tribunal de Contas do nosso Estado tem se constituído em modelo para outras unidades da Federação, o que é razão de orgulho para nós paranaenses.

Criado pelo Decreto-Lei nº 627, de 02 de junho de 1947. Pelo desempenho que vem apresentando ao longo dos anos, o Tribunal de Contas do Paraná não só contribui para a aplicação de justiça de contas, mas principalmente fazendo-o com a agilidade que a sociedade espera.

Além do trabalho inerente às suas atribuições, o Tribunal de Contas vem prestando um exemplar serviço à sociedade mercê a grande capacidade de seus integrantes e a visão da colenda direção.

A classe política não pode perder a perspectiva de que a administração pública deve ser voltada para a causa da população, sem fugir da rigorosa aplicação da lei.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, sente-se orgulhosa em poder saudar os dirigentes do colendo Tribunal de Contas do nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2532

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos anais desta sessão, votos de parabéns ao prefeito municipal de Terra Boa, Antonio Carlos Rampazzo, pelas festividades em comemoração ao aniversário do município.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2533

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos anais desta sessão, votos de parabéns ao prefeito municipal de Indaiópolis, Manoel de Ornelas, pelas festividades em comemoração ao aniversário do município.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2534

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos anais desta sessão, votos de parabéns ao prefeito municipal de Japurá - Osvaldo Perez Frazattto, pelas festividades em comemoração ao aniversário do município.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2535

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à doutora Denise Arruda, pela posse como vice-presidente do Tribunal de Alçada do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Alçada do Paraná elegeu em data de ontem - 13 de dezembro seus novos presidente e vice-presidente. Na vice-presidência foi eleita a doutora Denise Arruda.

A juíza Denise Martins Arruda, natural de Guaraçuva, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, em 1963. Ingressou na Magistratura em 1966, quando foi aprovada em concurso para ocupar a vaga de juiz substituto, função que exerceu nas seções judiciárias de Jacarezinho e Santo Antonio da Platina. Passou a juiz titular em 1997, tendo ingressado no Tribunal de Alçada em 1993. Atualmente integra a 1ª Câmara Criminal.

À doutora Denise Arruda, pela posse como vice-presidente do Tribunal de Alçada do Paraná, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2536

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Onésimo de Anunciação, pela posse como presidente do Tribunal de Alçada do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Alçada do Paraná elegeu em data de ontem - 13 de dezembro seus novos presidente e vice-presidente. Na presidência foi eleito o doutor Onésimo de Anunciação.

Ao final de 1967, após ter sido aprovado em novo concurso, foi nomeado juiz de Direito da comarca de Loanda. Na sequência, exerceu a judicatura em Telêmaco Borba, Santa Mariana, novamente em Loanda, 2ª Vara Cível de Londrina e 18ª Vara Cível de Curitiba. Foi também juiz da 1ª Zona Eleitoral desta capital, membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, professor e coordenador da Escola da Magistratura. Tomou posse como juiz do Tribunal de Alçada em agosto de 1990, mas já vinha atuando naquela Corte desde o início de 1998, na condição de juiz convocado.

Ao doutor Onésimo de Anunciação, pela posse como presidente do Tribunal de Alçada do Paraná, receba

os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2537

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Lunardelli, alusivos ao aniversário de 21 anos de município, que ocorrerá no próximo dia 19 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Mário Masakazu Moribe e ao presidente da Câmara vereador Marcos Antônio Duarte, através de correspondência a ser encaminhada Avenida Rui Barbosa, 480, CEP 86935-000, município de Lunardelli - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2538

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Borrazópolis, alusivos ao aniversário de 48 anos de município, que ocorrerá no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Rodolfo Haider e ao presidente da Câmara vereador Nivaldo Faleiros, através de correspondência a ser encaminhada a Praça da República, 28 CEP 86925-000 município de Borrazópolis - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2539

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Imbaú, alusivos ao aniversário de 4 anos de município, que ocorrerá no próximo dia 8 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sidnei da Silva Mendes e ao presidente da Câmara vereador José Augusto Holm, através de correspondência a ser encaminhada Avenida Ivo Jangada, S/N, CEP 84278-000, município de Imbaú - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de

Ortigueira, alusivos ao aniversário de 48 anos de município, que ocorrerá no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Geraldo Magela e a presidente da Câmara vereadora Rosilda Aparecida Siqueira, através de correspondência a ser encaminhada a Rua São Paulo, 80, CEP 84350-000, município de Ortigueira - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2541

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Confraria da Boca Maldita, alusivos a comemoração do 44 aniversário, comemorado ontem, dia 14 de dezembro de 2000.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao presidente daquela entidade, senhor Anfrísio Siqueira, através de correspondência a ser encaminhada a Travessa Rui Leão nº 60, CEP 80030-090, em Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2542

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Imobiliária Coroados, alusivos a participação no Prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para valorização das empresa do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Alcides Ida, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Higienópolis, 961, CEP 86020-040, Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2543

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Lokatell Imóveis, alusivos a participação no Prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para valorização das empresa do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência a senhora Fátima Regina Ferreira Canto Botelho, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Carlos de Carvalho, 3380 CEP 85801-130, Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2544

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a professora doutora Clotilde de Lourdes Branco Germiniani, alusivos a sua posse como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, ocorrida último dia 12 de dezembro.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2545

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Futurama Imóveis, alusivos a participação no Prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Marcos de Assis Machado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Professor Fernando Moreira, 151, CEP 80410-120, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2546

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Empreendimentos Imobiliários Sandri, alusivos a participação no Prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Claudio Sandri, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Paraná, 465, CEP 87013-070, Maringá - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2547

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Galvão Administradora de Bens, alusivos a participação no Prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Nelson Torres Galvão, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Monsenhor Celso, 231, CEP 80010-150, Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2548

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Abílio Medeiros Imóveis, alusivos a participação no Prêmio Talento Imobiliário 2.000, criado para valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Abílio medeiros Júnior, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Jucelino Kubstichek, 1635, CEP 86020-000 Londrina-Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2549

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Construtora Taquaruçu, alusivos a participação no Prêmio Talento Imobiliário 2.000, criado para valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Paulo MacDonald Ghisi, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Xavier da Silva, 1141- CEP 8551-180, Foz o Iguaçu -Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2550

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Megaville Assessoria Imobiliária, alusivos a participação no Prêmio Talento Imobiliário 2.000, criado para valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Luiz Conceição Gomes, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Doutor Pedrosa, 208 - CEP 80240-120, Curitiba - Paraná

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2551

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Imobiliária e Empreendimentos Cidade Verde, alusivos a participação no Prêmio Talento Imobiliário 2.000, criado para valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Ataíde Tambani, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Paraná, 930, sala 2 - CEP 87013-070, Maringá - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2552

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a AZ Imóveis, alusivos a participação no Prêmio Talento Imobiliário 2.000, criado para valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Assis Celso Zani, através de correspondência a ser encaminhada a Praça Rui Barbosa, 789, lojas 5 a 8, CEP 8010-030- Curitiba- Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2553

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Centro Imobiliário de Foz do Iguaçu, alusivos à participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Arnaldo Colombelli e ao senhor Luiz Carlos Duarte, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Quintino Bocaiúva, 935, CEP 85851-130, Foz do Iguaçu, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2554

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Engetroy Consultoria e Serviços, alusivos à participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Jair C. Troiano, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Engenheiro Rebouças, 1078, sala 41, CEP 85851-190, Foz do Iguaçu, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Imobiliária Continental, alusivos à participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor José Carlos Marcondes, senhora Lolinna Chan, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Alvorada, 308, CEP 83260-000, Matinhos, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2556

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Centro Imobiliário Cataratas, alusivos à participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Hélivio Malgarezi, senhora Vilsani Valduga Malgarezi, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Paraná, 1090, CEP 85855-510, Foz do Iguaçu, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2557

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Botelho Empreendimentos Imobiliários, alusivos à participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Antônio Donizette Botelho, senhora Fátima Regina Ferreira Canto Botelho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Carlos de Carvalho, 3380, CEP 85801-130, Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2558

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Assis Imóveis, alusivos à participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor José Luiz de Assis, senhora Vitória Dinardi de Assis e senhor José Luiz de Assis Júnior, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Belo Horizonte, 1182, CEP 86020-030, Londrina, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Apolar Imóveis, alusivos à participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Joseph Galiano, senhor Jean Michel Galiano e senhor Daniel Galiano, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Conselheiro Laurindo, 478, CEP 80060-100, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Theodorado Imóveis, alusivos à participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Alaor Teodoro da Silva e a senhora Cristiane Cardozo Coelho da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Av. XV de Novembro, 696, CEP 87013-230, Maringá, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2562

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao doutor

Onésimo Mendonça de Anunciação e a doutora Denise Martins Arruda, pela eleição de presidente e vice-presidente, respectivamente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao presidente e a vice-presidenta eleitos.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A justiça é, sem dúvida, a pedra angular da sociedade. De todas as instituições humanas é aquela que mais dignifica e mais aproxima da perfeição. Com efeito que seria de nós, se não existisse a justiça? Quer seria da sociedade entregue ao arbítrio do mais forte?

O mundo se transformaria numa arena onde o fraco e o desamparado perderiam o direito a existência e onde os mais fortes viveriam em luta feroz.

A justiça, porém, para ser eficiente, precisa de sacerdotes. E estes são os juízes.

Quão nobilitante e digno é esse sacerdócio. Do juiz dependem o bem-estar e a paz da sociedade.

Esse sacerdócio acarreta, entretanto, uma soma de sacrifícios e de abnegação que só heróis podem abraçá-lo. O juiz terá que por constantemente o cérebro acima do coração. No seu julgamento, não poderão interferir pensamentos de ordem subalterna, nem no seu coração interesses de ordem afetiva.

Eis porque é o juiz encarado como um ser sobrenatural ao qual todo o respeito e acatamento são devidos. E aí do povo que assim considerar aqueles aos quais está afeta a distribuição da justiça.

Os nomes do doutor Onésimo Mendonça de Anunciação e a doutora Denise Martins de Arruda vêm nimbado de uma auréola de austeriedade. Portanto, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, congratula-se com os novos dirigentes do nosso Tribunal de Alçada.

REQUERIMENTO Nº 2565

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de Pedido de Informações ao Secretário de Estado da Saúde, senhor Armando Raggio, solicitando o que segue, com relação aos seguintes hospitais: Bairro Alto (Curitiba), Pinhais, Santo Antônio da Platina, Quedas do Iguaçu e Goioerê, nos seguintes termos:

I - Quanto o Estado do Paraná pagou pela aquisição dessas unidades hospitalares?

2 - De qual ou quais instituições foram adquiridas essas unidades?

2.1 - Remeter cópia de todos os documentos Americanos, juntados ao processo de venda;

3 - Qual a entidade que intermediou a venda?

4 - Remeter cópia do decreto governamental que dispensa o processo licitatório;

5 - Quais são as razões do Hospital de Goioerê ainda estar no Porto de Paranaguá?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk

REQUERIMENTO Nº 2553

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Centro Imobiliário de Foz do Iguaçu, alusivos a participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Arnaldo Colombelli e ao senhor Luiz Carlos Duarte, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Quintino Bocaiúva, 935, CEP 85851-130, Foz do Iguaçu, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2554

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Engetroy Consultoria e Serviços, alusivos a participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Jair C. Troiano, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Engenheiro Rebouças, 1078, sala 41, CEP 85851-190, Foz do Iguaçu, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Imobiliária Continental, alusivos a participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor José Carlos Marcondes, senhora Lolinna Chan,

através de correspondência a ser encaminhada a Rua Alvorada, 308, CEP 83260-000, Matinhos, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2556

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Centro Imobiliário Cataratas, alusivos a participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Hêlvio Malgarezi, senhora Vilsani Valduga Malgarezi, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Paraná, 1090, CEP 85855-510, Foz do Iguaçu, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2557

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Botelho Empreendimentos Imobiliários, alusivos a participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Antônio Donizette Botelho, senhora Fátima Regina Ferreira Canto Botelho, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Carlos de Carvalho, 3380, CEP 85801-130, Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2558

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Assis Imóveis, alusivos a participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor José Luiz de Assis, senhora Vitória Dinardi da Assis e senhor José Luiz de Assis Júnior, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Belo Horizonte, 1182, CEP 86020-030, Londrina, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Apolar Imóveis, alusivos a participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Joseph Galiano, senhor Jean Michel Galiano e senhor Daniel Galiano, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Conselheiro Laurindo, 478, CEP 80060-100, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Theodorado Imóveis, alusivos a participação no prêmio Talento Imobiliário 2000, criado para a valorização das empresas do setor imobiliário do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Alaor Teodoro da Silva e a senhora Cristiane Cardozo Coelho da Silva, através de correspondência a ser encaminhada a Av. XV de Novembro, 696, CEP 87013-230, Maringá, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.2.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2566

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de Pedido de Informações ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, senhor Lubomir Ficinski, solicitando o que segue, com relação aos seguintes hospitais: Bairro Alto (Curitiba), Pinhais, Santo Antônio da Platina, Quedas do Iguaçu e Goioerê, nos seguintes termos:

1 - Quanto o Estado do Paraná pagou pela aquisição dessas unidades hospitalares?

2 - De qual ou quais instituições foram adquiridas essas unidades?

2.1 - Remeter cópia de todos os documentos americanos, juntados ao processo de venda;

3 - Qual a entidade que intermediou a venda?

4 - Remeter cópia do Decreto Governamental que dispensa o processo licitatório;

5 - Quais são as razões de o Hospital de Goiorê ainda estar no Porto de Paranaguá?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os Artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento: Luiz Carlos Zuk.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 439/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do Artigo 25, § 3º, da Constituição Federal e Artigo 21, da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Cornélio Procopio, constituída pelos municípios de: Cornélio Procopio, Abatiá, Andirá, Assaí, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Cambará, Curiúva, Congonhinhas, Itambaracá, Ibaiti, Jacarezinho, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antonio do Paraíso, Santo Antonio da Platina, São Jerônimo da Serra, Sapopema, Sertaneja, Uraí.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Cornélio Procopio terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 07 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo governador do Estado, sendo necessariamente, e no mínimo, 03 (três) deles indicados pelos municípios que compõem a região metropolitana, sendo que o município de Cornélio Procopio será considerado membro-nato.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Cornélio Procopio e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - O governo do Estado deverá prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção das atividades e funções do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

§ 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Cornélio Procópio;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - São serviços comuns e de interesse coletivo dos municípios que integram a região metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

II - saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transporte e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental;

VI - outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder remanejamento orçamentário destinado a atender o disposto nesta lei.

Art. 7º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

PROJETO DE LEI Nº 440/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação vigente, obrigado a tomar medidas necessárias para recompor perdas salariais do funcionalismo público estadual, cujo índice de perdas acumuladas entre agosto de 1995 e outubro de 2000 é de 47,09% (quarenta e sete vírgula zero nove por cento) utilizando para isso recursos oriundos do crescimento da Receita Corrente Líquida (RCL), em relação ao exercício anterior.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira, Irineu Colombo, Serafina Carrilho, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Caíto Quintana e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Em agosto de 1995 o funcionalismo público estadual obteve uma reposição de vencimentos correspondente

a 10% (dez por cento). Foi o único reajuste dos últimos cinco anos. Desde então o custo de vida se elevou consideravelmente, em decorrência do processo inflacionário que, de acordo com o ICV Dieese, reduziu o poder de compra dos salários em 47,09%. Este percentual desnecessariamente ser par integrante da previsão orçamentária para 2001, tornando possível sua recomposição. Ao prever um reajustamento salarial para os quadros funcionais do setor público, o Estado estará consagrando um importante princípio de justiça social. Ressalte-se que tal medida encontra amparo perante a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) 101/2000, pois o índice de comprometimento da receita está abaixo do exigido por esta lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Numa das últimas reuniões desta Casa o ilustre deputado Moysés Leônidas, e deputado esse da querida Londrina, trazia a esse Plenário e a esse Paraná uma notícia transcrita num dos jornais de maior circulação no nosso Estado, notícia essa que envolvia um secretário de Estado e esta Casa de Leis. Logo após aquela denúncia feita, nesta tribuna, Sua Excelência, o presidente desta Casa, deputado Nelson Justus, defendendo aquilo que ele sempre fez, a honradez, a dignidade, a independência e a sobriedade deste Parlamento, deu a conhecer, e está transcrito no jornal, no final da tarde de ontem, que irá notificar o jornal que noticiou bem como ao secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná, senhor Lubomir Ficinski, para ambos darem explicações a esta Casa a respeito da nota publicada nesta coluna, segundo a qual Ficinski teria pedido dinheiro a empresários do Estado para pagar propina a deputados estaduais, em razão de os mesmos haverem aprovado as contas da sua Pasta, e mais de perto as contas do Paranácidade.

Quero, senhor presidente, senhores deputados, primeiramente cumprimentar a decisão do deputado Nelson Justus, que não poderia ser outra, tendo em vista a sua postura intransigente em defesa deste Parlamento. Quero também ler uma parte do Jornal Hoje, aonde eles se colocam à disposição dessa Casa e de Sua Excelência o presidente bem como da Mesa Diretiva tão logo seja notificado, para trazer ao Poder Legislativo e aos seus membros não aquilo que foi transcrito mas sim a responsabilidade da matéria, que envolve um secretário de Estado.

“Acreditamos que na oportunidade,” assim diz a nota do jornal: “no uso de suas prerrogativas constitucionais este Parlamento poderia” estamos aqui colocando o que está no jornal, “criar uma comissão especial de investigação para averiguar toda a gestão em que esteve à frente o senhor Lubomir Ficinski, do primeiro até os dias de hoje.”

Quero também dizer que nesta nota, senhores deputados, tem mais denúncias contra o secretário onde indica que o senhor Lubomir Ficinski nas investigações, nos pagamentos feitos por aquela secretaria a uma organização internacional que vendeu ao Estado, sem licitação, vários hospitais ou os convênios com prefeituras feitos em razão do Paranóurbano e suas decorrentes “licitações”, ou ainda dentro da mesma linha de investigação por esta comissão, verificar como foram repassados para Maringá, milhões de reais ou por quê, ou será que este dinheiro foi para a campanha do atual governador, ou ainda, acabaram depositando nas contas fantasmas que o Ministério Público está averiguando.

O mesmo jornal, fala das contas fantasmas do Banestado em Londrina, coisa que o ilustre deputado Moysés Leônidas também relatou nesta Casa, e os negócios da Escoplan, do genro do Ficinski com a Secretaria do Meio Ambiente e com a do Desenvolvimento Urbano sendo colocado a este Parlamento estas denúncias, através da opinião da coluna política em campanha do Jornal Gazeta do Paraná.

Quero, senhor presidente, senhores deputados, acreditar que a responsabilidade pela qual sempre norteou este jornal, a responsabilidade que possui os seus proprietários e conversando com um deles, agora antes desta reunião, Marcos Formiguieri, ele está se colocando à disposição desta Casa, desta comissão que poderemos formar para avaliarmos realmente as condições pelas quais essas denúncias foram estampadas neste jornal e em outros órgãos de informação que foi lida as suas matérias.

Tenho a certeza absoluta, senhores deputados, que alguma coisa existe por trás de tudo isso, e haveremos de descobri-la, não teremos oportunidade mais de tempo porque hoje, mais precisamente amanhã se encerra este período legislativo da nossa legislatura, mas estaremos voltando a este assunto que será uma assunto palpitante para o ano 2001, a responsabilidade criminal de ambas as partes, daquele que aponta, daquele que diz possuir provas, daquele que tem apontamentos e principalmente ilustrações a serem oferecidas a esta Casa, não tão somente pela postura digna do nosso presidente, invocando desde já, a resposta daquilo que foi transcrito, e a resposta daquele secretário que foi notícia.

Tenho certeza absoluta, que nós que estivemos justamente com o deputado Beraldin, junto com o diretor presidente desta organização da Gazeta do Paraná, lá ele afirmava-nos e principalmente na presença de outros deputados mas mais de perto com o Beraldin, que ele está à disposição desta Casa para fazer todos os esclarecimentos devidos e necessários para que os fatos sejam apurados.

Para conceder o aparte requiero o tempo do meu partido, do PDT e concedo com muito bom gosto ao ilustre deputado.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Zuk, acompanhei a explanação do deputado Moysés Leônidas na sessão anterior, a respeito dos problemas que estão sendo noticiados na imprensa. Mas hoje, Vossa Excelência aborda uma outra questão, que também é objeto da minha preocupação.

Algum tempo atrás recebi algumas informações no que diz respeito à construção dos hospitais modelo americano. A cidade de Curitiba tem hospital desses instalado no Bairro Novo. Este hospital é administrado pela Universidade Evangélica para o município de Curitiba.

Mas as informações que recebi dizem respeito de que esses hospitais foram doados por uma instituição filantrópica americana, e pelo que me consta, de algumas denúncias que chegaram até nós, não só a mim mas a outros deputados, o governo do Estado acabou pagando para uma outra empresa em relação a esses hospitais, não somente este de Curitiba, mas alguns hospitais que estão sendo construídos ou estão em vias de construção no interior do Estado do Paraná.

Então, acho que este é um objeto que devemos apurar com maior responsabilidade, porque se uma instituição filantrópica, que recebe dinheiro, recursos do governo americano, com o objetivo de ajudar nos problemas da área de saúde, tanto da América Latina, como nas África e na Ásia...

O governo paranaense acaba aceitando um a intermediação de uma outra empresa para fazer cobrança a respeito desses hospitais. Parece-me que se isso for verdade é um problema não apenas do Estado do Paraná, da Assembléia Legislativa de investigar e apurar, mas também, que envolve as relações internacionais do nosso País com os Estados Unidos.

Antes de ontem, estive em Curitiba o cônsul-adjunto dos Estados Unidos visitando o Paraná e está aberto a Consulado Americano, para que possamos proceder qualquer pedido de informações a respeito dessas empresas.

Nesse sentido, estou pensando hoje no Plenário, que o governo do Estado remeta para a Assembléia informações a respeito desse processo, que diz respeito à construção e aquisição desses hospitais para o Estado do Paraná.

Foi feito pelo secretário de Desenvolvimento Urbano, em parceria com a Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

Então fiz dois requerimentos, um endereçado ao secretário da Saúde, doutor Armando Raggio e o outro ao senhor Lubomir Licinski, que é o secretário de Desenvolvimento Urbano.

Parece-me ainda, precisa ser confirmada, que este hospital, como ele é construído de uma maneira modular, é um hospital fácil de ser construído. Por isso, que esta instituição filantrópica tem a disponibilidade, com a tecnologia que os americanos possuem na construção modular, de remeter essas construções para qualquer parte do mundo.

Um hospital dessa natureza, os módulos estão presos no Porto de Paranaguá a um ano e meio, por problemas de documentação.

Então, neste sentido, estou solicitando ao Plenário da Assembléia, para que não haja mais dúvidas a esse processo, que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e da Saúde preste as informações ao Poder Legislativo.

Muito obrigado!

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Zuk, Vossa Excelência traz um assunto que abordamos ontem, até com indignação pessoal acho que está caminhando bem.

Recebi hoje uma correspondência do secretário Lubomir Ficinski dizendo que ele se coloca à disposição para vir falar sobre o assunto. Achei interessante a atitude do secretário.

Como estamos encerrando hoje, fica então a idéia para a volta dos nossos trabalhos para convocá-lo aqui para que ele realmente fale aqui de viva voz, o que escreveu na carta.

A carta é uma carta chorosa, lamentando. A mim, não foi o suficiente. A mim, não está encerrada a questão. Acho que foi uma questão que feriu profundamente, principalmente quem tem tempo brio. Acho que seria oportuno até dada a disponibilidade dele, para que ele venha e preste pessoalmente, e publicamente os seus esclarecimentos.

Às vezes não levamos a termo ou não consideramos um notinha pequena ou um ou dois dizem pequenos. Mas, é nessas pequenas pedras que se tropeça, porque o cidadão quando quer dar um golpe maior em cima de uma montanha, ele se prepara para escalar a montanha. Ele tropeça às vezes na pedra pequena.

Haja vista, o que aconteceu com o ex-presidente Collor, que foi um carro Elba, que acabou derrubando todo um império que ele tinha montado.

Então, temos que dar valor a essas pequenas notas, e se ninguém der, daqui para frente darei. Porque acho que isso é muito importante sobretudo para salvaguardar a honra pessoal o poder de um modo geral e, também dar-mos uma satisfação à opinião pública.

Então, quero parabenizar Vossa Excelência que volta também com a mesma preocupação e dizer que o secretário Lubomir Ficinski deixou uma grande margem já descrita, que já está arquivada nas minhas anotações de que ele está disposto a vir pessoalmente e achei um atitude muito boa da parte dele.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Queremos concluir dizendo o seguinte: têm mais fatos além daquilo que foi noticiado no dia de hoje, apresentados à imprensa do Paraná e a nós deputados.

No próximo período legislativo, em fevereiro, voltaremos a este assunto não só com a presença do senhor secretário, mas esperando o retorno dos diretores, dos

responsáveis da Gazeta do Paraná e aí sim, com documentos em mãos, vendo as posições que serão mostradas, esta Casa, através de uma comissão, irá investigar, fazendo chegar não só no âmbito paranístico como disse o deputado Vanhoni, mas também no âmbito das relações exteriores do nosso Ministério, lá em Brasília, chegarmos às responsabilidades daqueles que procuram enganar sempre por um espaço de tempo, mas não enganarão por todo o tempo, o nosso Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, a respeito do assunto levantado pelo deputado Luiz Carlos Zuk na tarde de hoje, esclarece que a Mesa tem a preocupação com a nota de ontem e imediatamente já tomou um posicionamento, recebeu correspondência do secretário e interpelará judicialmente o jornal e o próprio secretário, mas a nossa intenção é salvaguardar a imagem da Assembléia. Isso é o que nos compete. No que diz respeito às outras denúncias que porventura a imprensa faz, compete ao Ministério Público ou uma comissão ou algum requerimento específico desta Casa, mas a imagem desta Casa será preservada sempre.

Concedo a palavra ao segundo orador, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores deputados, no dia de ontem, assumi a tribuna para solicitar a formação de uma comissão que fosse conversar com o secretário de Finanças e presidente da Copel, a respeito de notícias veiculadas no jornal sobre a possibilidade de perdemos as ações que estão em caução de nossa companhia energética.

Hoje voltamos a outro assunto que também merece, por parte dos secretários de governo uma explicação para a tranquilidade do funcionalismo público do Paraná, porque a matéria que os jornais publicam hoje, senhores parlamentos diz o seguinte: “Um documento encaminhado pelo secretário da Fazenda à Secretaria da Administração e interceptado no Palácio Iguazu, está falando na possibilidade do não pagamento do salário de dezembro, do escalonamento em três parcelas, pagando 50% agora, 25% em janeiro e 25% em fevereiro”. Ora, quando lesse essa matéria, se fosse um mera especulação, não estaria trazendo aqui também algumas colocações que nos deixam profundamente preocupados. O secretário chefe da Casa Civil, Alcení Guerra disse no final da tarde de ontem, portanto, falou para a imprensa, que desconhece o fato, porém, confirmou que o Estado vive um aguda crise financeira. O chefe da Casa Civil afirma que Hubert tem algumas saídas para o problema, além do parcelamento dos salários, porém precisa de aprovação do governo para elas, pois são medidas impopulares, embora sejam a única saída. E essa matéria também diz de que a Secretaria da Fazenda não informa ou

não quis informar sobre 150 milhões que o ex-secretário da Fazenda, Giovani Gionédís, havia deixado em caixa como provisionamento para pagamento de parte do salário dos funcionalismo e diz: que este recurso tenha sido pago em convênio firmado entre o Estado e a empresa Inepar, cujo proprietário é o empresário Mário Celso Petráglio, que aliás - também, tem uma matéria de jornal falando de investimentos na Copel.

Senhor presidente e senhores parlamentares, estamos hoje dia 14 do mês de dezembro, imaginem os senhores a preocupação do funcionalismo do Estado do Paraná que vê, na imprensa, com palavras de secretário de Estado aquilo que estamos falando nessa tribuna há meses! De que o Estado tem pago salários através da venda de seu patrimônio, antecipação de receitas, antecipação de IPVA - dando desconto para o recolhimento antecipado de ICMS. E recorde que falávamos, aqui: quem antecipa para cobrir folha de um mês, seguramente vai faltar quando tivesse que ser recolhido no mês próprio.

Acho, senhor presidente e senhores parlamentares, que esta Casa merece, indiscutivelmente, um questionamento urgente e imediato a respeito da possibilidade de que o salário do servidor público do Estado do Paraná possa ser parcelado e não pago em dezembro. Seria um absurdo. Lembro do saudoso deputado Aníbal Khury, que sempre nos dizia em conversas: se há uma coisa que é a falência total e absoluta de um governo é o não pagamento de folha. No Paraná, em 1950, foi a última vez que salários foram atrasados. Não é possível manter o servidor até o dia 25, que é o dia que sai a folha, na expectativa. Afinal, são seres humanos, são chefes de família, são pessoas com responsabilidade que têm compromisso a pagar e não podem ficar nessa expectativa de que o Estado venha a não pagar - no final do mês -, o salário de dezembro.

Espero continuar neste assunto através do nosso líder do governo e da Oposição, na sequência, e gostaria que até o final desta sessão, alguém da Bancada de apoio do governo pudesse subir naquela tribuna e dizer em alto e bom som: não é verdade a matéria do jornal que o governo não vai pagar o salário de dezembro. Porque se não é o caos total e absoluto implantando no Estado do Paraná se, hoje não termos dinheiro nem sequer para a folha de pagamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: No Horário da Liderança do PL, concedo a palavra ao Pastor Edson Praczyk.

O SR. EDSON PRACZYK

Senhor presidente, senhores deputados. Venho a esta tribuna apenas para comunicar, registrar e deixar registrado nos Anais desta Casa de Leis um requerimento

que estarei encaminhando, após o finalizar do meu pronunciamento, que tem como teor o seguinte comunicado:

(Lê requerimento anexado)

Senhor presidente, Mesa Executiva e nobres deputados, esse é o teor do nosso requerimento que foi inspirado, posso assim dizer, em função de um requerimento que fizemos e que hoje completa 54 dias, pós protocolado e encaminhado o dito requerimento, do qual não obtivemos a resposta. Até passei a compreender mais alguns deputados da Oposição quando reclamam que encaminham requerimento e Pedidos de Informações e são ganhos muitas vezes pelo cansaço e acabam não obtendo as informações que eles, regimentalmente, possuem o direito de pedir.

Então, senhor presidente, estou fazendo de público essa reclamação, principalmente apoiando-me no perfil de Vossa Excelência que durante esse tempo que Vossa Excelência tem sido presidente tem procurado, literalmente, preservar a imagem do Poder Legislativo e exaltar o Poder Legislativo em toda a sua competência.

Então, essa preocupação, senhor presidente, é que incentivou a tomar uma atitude um tanto mais severa, principalmente porque me parece que em alguns setores, em alguns secretariados aí a ordem está inversa, parece que eles que são soberanos e nós subordinados a eles. E não estou muito satisfeito com isso.

Então, senhor presidente, ao fim do meu pronunciamento estarei protocolando. E repetindo: passaram-se 56 dias, comentou-se extraoficialmente que a pessoa do dito secretário precisar de mais 30 dias, do qual eu já de público digo que da minha parte eu não concedo, porque propositalmente deixei passar mais do que o prazo regimental para que não se tivesse nenhum desculpa.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência está coberto de razão e tem o apoio da Mesa.

PST; PSL; PT; PPB; PFL.

(Declinam)

PSDB. Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Como ontem usamos desta tribuna para tocar no assunto da Copel e em seguida o deputado Caíto Quintana fez uma proposta ao líder do Governo para que fôssemos numa comissão de deputados junto ao presidente da Copel e também secretário da Fazenda, para que pudéssemos buscar informações a respeito, e prontamente acolhida pelo senhor líder da Bancada do Governo. Hoje, às 11 horas, este deputado, o deputado Orlando Pessuti, o deputado Irineu Colombo, deputado Ademar Traiano e deputado líder do Governo, Valdir

Rossoni, estivemos no gabinete da presidência da Copel, em reunião com o seu presidente e também secretário Ingo Hübert, e lá colocou o senhor Ingo Hübert que não havia problema da perda do controle acionário da Copel, em função de que a Constituição reza que toda venda tem que ser por leilão público. E que em função disso, a Copel ou o Paraná não correriam o risco de perder o controle acionário da Copel.

É verdade. A Constituição assim o estabelece. Mas, toda venda tem que ser por leilão público. E ela vai para a Bolsa. E indo para a Bolsa, deputado Caíto Quintana - Vossa Excelência que levantava há pouco justamente esta questão - perde-se da mesma forma o controle ou os meios para manter o controle sobre a mão do Estado.

Foi muito solícito ao nos atender o senhor presidente, mas quando perguntamos quanto deve, quanto representa, não sabe, não tem os dados. Quanto representam os títulos podres de Alagoas, quanto representam os títulos podres de Guarulhos, de Osasco, de Santa Catarina, não sabemos.

Ora! Evidentemente que fomos lá num comissão de deputados para sermos recebidos, sim, mas, também, para obtermos as informações necessárias para que pudéssemos ter orientação, nesta Casa, que estão dando. Não desejamos e não queremos fazer acusação e crítica gratuitas. Mas, precisamos de informação, senhor presidente. Precisamos de dados. Precisamos de números. Porque há pouco tempo dizia-se que o Paraná não tinha uma dívida de doze bilhões, e, hoje, a dívida está aí, estampada, em 31 de dezembro de 99.

A Assessoria dos Senado Federal calculou e estabelece o valor em 654 milhões. Com pronunciamento feito e substancialmente documentado, pelo senador Osmar Dias, lá, dizendo os valores. Agora, vai até o presidente, ele diz que não é este valor, que conseguiu quitar 119 milhões, e isto também já sabíamos, quando o Banesado foi a leilão este crédito já havia entrado nos cofres públicos do Estado do Paraná e ficamos com a mesma dificuldade. Porque se amanhã o Itaú ou qualquer outro credor exigir, vai para leilão e continuamos a ter o risco de perder o controle da Copel.

Concedo aparte ao deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado José Maria Ferreira, Vossa Excelência já colocou no início uma verdade cristalina. Precisamos, nesta Casa, deputado José Maria, termos a cópia do contrato, do convênio, não sei...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

É um termo de acordo.

O Sr. Caíto Quintana

Um termo de acordo destas ações que foram colocadas em caução. Chamo a atenção dos senhores parlamentares, esta Assembléia votou uma autorização

geral. Ampla, geral e irrestrita. Lamentavelmente ainda estamos com leis deste jeito em vigor, autorizando venda das nossas ações, das empresas públicas e colocando em caução.

Recordo de pronunciamentos, nesta Casa, de diversos senhores deputados dizendo o seguinte: “quando o governo coloca em caução, o governo sabe que não vai resgatar. E o banco que empresta sabe que não vai receber.”

Portanto, é uma questão de prazo de vencimento. E Vossa Excelência coloca muito bem: para colocar em leilão aonde? Este leilão que não se confunda com concorrência pública. Este leilão é na Bolsa de Valores. Quem vai adquirir, na Bolsa de Valores, é quem der o maior lance. Obviamente que não vai ser o governo, porque se fosse o governo ele resgatava. Como ele não tem dinheiro para resgatar pode ser o Itaú, pode ser o Bradesco, pode ser qualquer outra pessoa menos o governo.

Portanto, o risco de perder as ações da Copel são claros e eminentes e acho que precisamos com urgência ter a cópia deste termo de acordo firmado para sabermos em que condições foram dadas, porque tenho certeza quase que absoluta que há cláusula autorizando a venda na bolsa se não for resgatado no prazo legal.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Porque é a única forma que tem o banco que cedeu o crédito ou que tenha o crédito destas ações na sua carteira de ter a garantia de que vai receber, é a de colocação na bolsa...

O Sr. Caíto Quintana

Se me permite só uma complementação, porque fala-se - não, mas o banco não vai executar o Estado. Não vai mesmo. O banco não vai entrar nessa de executar o Estado. E tem uma caução que ele coloca na bolsa, vende, recebe a sua parte a acabou. Não acha Vossa Excelência?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

É isto que acontece. Então, apesar do bom atendimento pouco, - senhor presidente, - adiantou a ida à Copel, porque ficou do mesmo tamanho. Continuamos com a mesma dificuldade. Como não teve o senhor secretário a disposição de mostrar os números e torná-los claros ou trazer um contrato e dizer - olha, está aqui - a cláusula tal diz que está em caução e não pode ir para a bolsa, não pode ir para leilão.

Então, nada, - deputado Orlando Pessuti, - isto avançou.

O Sr. Orlando Pessuti

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

.Deputado José Maria, entendo que Vossa Excelência e o deputado Caíto Quintana estão cobertos de razão

nas argumentações que fazem. É lógico que todos nós que lá estivemos de certa forma sentimos um alento e uma tranquilidade quando o presidente afirmou categoricamente: “O Paraná não perderá o controle acionário da Copel.” Mas entre aquilo que ele como pessoa física diz e aquilo que está no papel, porque nestas relações comerciais e que envolvem interesses e que envolvem lucros e que envolvem poder vale muito mais do que a vontade pessoal deste deputado, de Vossa Excelência, do presidente Nelson Justus, do presidente Ingo Hübner, do próprio governador Jaime Lerner vale aquilo que está escrito, aquilo que foi acordado, aquilo que foi estabelecido sob os parâmetros da legislação que envolve as S/A, que envolve as relações entre poder público e iniciativa privada.

Então, é fundamental e necessário, conversávamos isto no retorno da Copel, eu, Vossa Excelência, o deputado Irineu Colombo, conversei agora há pouca com o deputado Caíto Quintana, é fundamental, é necessário que nós, Assembléia Legislativa, e aí fazemos um apelo ao líder do governo que possamos ter o contrato, os termos de acordo que foi feito e que proporcionou a caução dessas ações da Copel junto ao Banco do Estado para garantir os títulos podres de Alagoas, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos. Sem um conhecimento do inteiro teor deste termo de acordo, deste contrato que foi estabelecido fica difícil a nós realmente ter a segurança que precisamos ter de que a Copel não passará às mãos do Banco Itaú a qualquer momento, porque dizer que o Banco Itaú não vai se apoderar das ações porque tem interesses de bom relacionamento com o Paraná, porque está chegando ao Paraná agora, porque tem no governo do Estado e na Copel seus principais clientes no Paraná isto é uma verdade até que deixe de ser uma verdade porque daqui a pouco o Banco Itaú pode entender que é mais conveniente, que é mais interessante para ele do que um bom relacionamento com o governo do Estado ele pode entender que mais interessante para ele é ser dono da Copel e aí deixa de ter o acordo de bons amigos, de amigos ocasionais e passa a prevalecer a vontade de se obter um lucro, a vontade de se ter nas mãos a empresa de energia deste País que sem sombra de dúvida pode ser classificada como a melhor de todas.

Não basta apenas essa manifestação de amizade e de coleguismo - vamos dizer. Porque isso pode acontecer com cada um de nós: de sermos devedores de um título, perante uma instituição financeira. Essa instituição, mesmo sabendo que naquele momento, a gente não possa pagar ou mesmo tendo bens ofertados, em garantia pode, a seu livre arbítrio, não estabelecer uma cobrança judicial, não exigir o pagamento, por uma questão de interesses momentâneos, mas que podem cessar a qualquer momento e aparecer a execução e aparecendo a execução, você realmente ter que pagar ou ter que entregar o bem em garantia.

Disse bem o deputado Caíto Quintana, as ações só pode sair da mão do Estado, em um processo de licitação,

de leilão. Mas quem nos assegura e nos garante, que isso já não esteja previsto, nesse termo de acordo, que senão resgatado no dia 31 de dezembro, que poderá o credor - no caso o Banco Itaú - exercer o seu direito de recebimento, encaminhando a leilão essas ações que estão a ele caucionadas, já no dia 02. Não temos certeza se existe lá, nesse termo de acordo uma cláusula que permite a ele isso. Por isso é importante que possamos conhecer o termo de acordo, o contrato que foi feito, entre o governo do Estado, a Copel e o Banco do Estado, hoje, o Banco Itaú.

Senhor presidente, concedo, Pela Ordem, ao deputado José Maria Ferreira, o Horário da Lideranças das Oposições, para que ele possa prosseguir o seu pronunciamento e conceder os apartes solicitados.

(Assentimento)

O Sr. Beraldin

Permite-me, deputado José Maria Ferreira.

(Assentimento)

Tem razão, o deputado Pessuti, quando fala que há um bom relacionamento entre o Banco Itaú e o governo do Paraná. Prova disso é que nós - a Assembléia aprovou cinco anos de depósito, do dinheiro público do Estado do Paraná, para que o Banco Itaú gerencie esse dinheiro, que é um dinheiro do governo do Paraná.

Mas estamos falando dos títulos do Banestado, de Alagoas, Santa Catarina, Guarulhos. E como está aquele um bilhão e meio de ações da Copel, que foram caucionados, junto ao BNDS? Isso foi abordado para o secretário da Fazenda, se o Estado do Paraná pensa em resgatar esse um bilhão e meio ou se foi resgatado ou vai resgatar?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não. Não foi questionado ao secretário, porque ele foi nos receber - a comissão, - junto com o líder do Governo, sem nenhum documento, sem a cópia do contrato. Se quisesse, deputado, Beraldin, o secretário esclarecer a esta Casa e àquela comissão que lá estavam, ele teria ido com a cópia do contrato e: “as condições que formamos são essas. Temos crédito junto ao Estado de Alagoas. Foi tanto de título podre. Hoje cobre tanto. Essa é a nossa dúvida. Está aí o extrato da dívida”. Mas o secretário não teve esse interesse e, talvez, nem essa preocupação em tornar claro. E não teria, com certeza, de explicar com relação ao BNDES.

O Sr. Beraldin

Sugiro à Mesa, a convocação do secretário, para a sessão de amanhã, para que ele venha a esta Casa, com os documentos, para dar subsídios e esclarecimentos públicos necessários. Evidentemente, que esses esclarecimentos públicos necessários poderão ser feitos única e exclusivamente, aqui, na Assembléia Legislativa. Sendo convocado, ele não irá furtar de vir aqui e esclarecer os fatos.

A comissão tem uma missão importante, mas a vinda dele, na Assembléia Legislativa seria um fato muito importante, para aquietar essa inquietação, que tem, aqui, e perante a opinião pública e a população do Estado do Paraná.

Poderíamos conversar com o presidente e com o líder do governo, para que o secretário da Fazenda viesse, aqui, amanhã esclarecer publicamente esses episódios e da situação em que está a questão da antecipação da receita feita junto ao BNDS, em torno de um bilhão e meio de ações da Copel e também dos 415 milhões de títulos podres do Banco do Estado do Paraná.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado, deputado Beraldin, mas esclarecimento não é o forte do governo porque a Associação Comercial do Paraná tem a mesma queixa. Estes dias ainda nos jornais que a diretoria da Associação Comercial do Paraná, por três vezes consecutivas, tentando obter informações do senhor secretário da Fazenda, doutor Ingo, no sentido de conhecer a realidade da situação de conhecer a realidade da situação da Copel, porque não é só essa Casa que está preocupada. Esta Casa está preocupada com o dever institucional mas a sociedade está preocupada com os destinos que poderão ser dados ao controle do Estado sobre a Copel. E esta é uma questão de extrema importância que esta Casa precisa estar atenta!

Mas quanto a convidar ou convocar o senhor secretário sugeriria ao líder do governo se ele vê condições de trazer o secretário aqui, amanhã, num convite da liderança do governo mas com documentos, com coisas para trazer aos deputados e dizer: - Olha, vocês podem ficar tranquilos, o Paraná pode ficar tranquilo, a diretoria da Associação Comercial do Paraná também pode ficar tranquila. Aqui está o termo de cooperação técnico financeiro firmado entre o governo do Paraná e o Banco Central. As ações estão de posse e não tem como ir a leilão, em Bolsa, só podem ser resgatadas pelo Estado ou pelo Banco Central ou por uma instituição financeira da área federal. É isso que gostaríamos de ver mas não temos estes valores. O secretário não sabe, não quero dizer que ele seja obrigado a saber, mas há dias esta Casa vem fazendo observações, críticas, vem fazendo ponderações sobre a situação da Copel. Ele próprio, lá na nossa conversa disse que um jornal do Paraná, por três vezes ele deu entrevista com relação ao mesmo assunto. Ora, então ele teria que ir para a reunião, no mínimo, com uma folha de papel dizendo quais eram os débitos, os créditos, a que se destinavam e como se destinavam.

O Sr. Beraldin

Se me permite mais um aparte, há outra maneira também, quem sabe o deputado líder do governo, não entenda de trazer o secretário aqui em sessão Plenária, mas o secretário poderia vir amanhã, como tem uma reunião pública do senador Osmar Dias, na Associação Comercial, o secretário também poderia comparecer lá

também e também traria a público e daria a satisfação necessária, porque a Associação Comercial também está preocupada com esta situação, todos estamos preocupados. Acho que não há nada a esconder, acho que o secretário deveria vir aqui na Assembléia, resolver a situação, contar ao povo do Paraná, como foi feito, o que está feito, qual a situação real econômica do estado, se vai ter dinheiro para pagar o 13º ou não vai ter, se vai ser parcelado o 13º ou não vai. Enfim acho que esta Casa merece uma satisfação, os deputados merecem uma satisfação e não vejo por que ele não vir aqui, amanhã, dar uma explicação em sessão Plenária, ou na Associação Comercial, ou coisa do gênero.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não tenha que amanhã o secretário se despojando da sua condição e indo lá na Associação Comercial, na audiência do senador Osmar Dias, até porque ele pregou a união dos paranaenses, para que pudéssemos trabalhar juntos na resolução dos problemas.

Concedo o aparte ao deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado José Maria a preocupação de Vossa Excelência e de tantos companheiros nossos relacionados a Copel e ao Banco Itaú é louvável, Vossa Excelência está de parabéns em trazer esta preocupação. Tenho conversado muito e ouvido o pensamento de tantos deputados da Casa, inclusive do Presidente desta Casa, deputado Nelson Justus. De tudo que ouvi até agora, quero dizer a Vossa Excelência, primeiro, o Estado do Paraná é um Estado muito forte para ficar refém dos banqueiros exploradores do povo deste País, porque os banqueiros tem realmente explorado tanto, ao ponto de chegar aonde chegaram, porque ninguém pode ficar tão rico tão rapidamente como os Bancos tem ficado no caso o próprio Banco Itaú.

Nós do Paraná não podemos em hipótese alguma ficar à refém deles, por isso que tem que haver um esclarecimento por parte das pessoas responsáveis, não só os que estão no cargo agora, mas também os que ocuparam o cargo e mostrar claramente que o Paraná não vai permitir chantagem alguma por parte de quem quer que seja, e não podemos ficar refém.

Esta é a primeira parte, na segunda é que o governador do Estado não teria condições de ficar um minuto sequer governando este Estado se acontecesse isso que é a preocupação de Vossa Excelência, ou seja, o Banco Itaú paga um bilhão e 600 na compra do Banco do Estado, que já foi na minha opinião muito pouco valor e leva de presente uma Copel no valor de 5 bilhões. Logicamente que o governador do Estado não teria condições de ficar um minuto sequer governando o Paraná, e inclusive acho que a maior parte dos deputados em qual me incluo também não teríamos condições de ficar como fiscais do povo do Paraná com assento a esta Assembléia.

É realmente a mancha mais negra da história deste Estado, seria acontecer precisamente isso que está levantando.

Acredito, deputado José Maria, que o governador do Estado com a experiência que teve à frente de uma prefeitura, a frente do governo reeleito com o voto do povo e ainda com a possibilidade de se transformar num político de fato e de direito a nível nacional, seja como vice-presidente ou como presidente, ele jamais estaria dormindo em paz se passasse pela sua cabeça esse que seria o fim trágico do Paraná e da vida dele política, que seria o Paraná perder a Copel para o Banco Itaú.

Muito obrigado!

O Sr. Valdir Rossoni
(Assentimento)

Deputado José Maria, ouvi há pouco alguns parlamentares, principalmente a sugestão do deputado Beraldin, lamento que o deputado não se fez presente para questionar o presidente da Copel hoje pela manhã.

Não tinha nenhuma dúvida quando marquei a reunião com o secretário da Fazenda e presidente da Copel de que o seu pronunciamento seria este.

Mas faço um pedido a Vossa Excelência, se o senhor está tão ávido de informações, de que Vossa Excelência encaminhe um requerimento, se Vossa Excelência quiser através da Mesa, ou se quiser através da liderança do governo, lhe forneço todas as informações que Vossa Excelência assim desejar no menor espaço de tempo.

Quanto a outra questão quero informar a esta Casa de que o secretário Ingo, esteve já na Associação Comercial no dia de ontem, discutindo esta questão com a Associação Comercial e Vossa Excelência estava falando em nome da Associação Comercial, dizendo que ela também quer esclarecimentos, quero adiantar a Vossa Excelência, de que o secretário e presidente da Copel esteve ontem na Associação Comercial, prestou esclarecimentos e inclusive hoje lá, talvez à hora que Vossa Excelência estava atendendo o telefone na hora da nossa reunião, ele disse que sentiu na Associação Comercial de que ele foi convincente e de que os associados se acharam por satisfeitos pelos esclarecimentos e a tranquilidade que o doutor Ingo disse da certeza absoluta de que o Paraná não corre nenhum risco de perder o controle acionário da Copel.

Mas se Vossa Excelência numa eventualidade alega que o secretário não tinha nenhum papel, quero dizer o que achei da nossa reunião, somos muito fracos nos questionamentos ao presidente da Copel, então, talvez seria muito melhor encaminhar por escrito, porque daí não tem como alegar que o presidente da Copel, não esclareceu ou que não perguntamos.

Acho que seria muito melhor fazermos esse procedimento por escrito e me coloco a disposição de Vossa Excelência para esclarecer as suas dúvidas no menor espaço de tempo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Tenho certeza, deputado Rossoni se quiser o secretário trazer as informações, ele teria lá levado. Teria muito mais tempo possibilitado o conhecimento desta Casa, do inteiro teor. Não só esse secretário anterior, do contato firmado entre o governo do Estado e o Banco Central no sentido de fazer com que a nossa Copel amanhã corresse o risco de ser trocada de mão e o seu controle acionário ser perdido pelo governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente como fui citado pelo nobre líder do governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Não cabe a questão de ordem, senhor presidente.

O SR. BERALDIN

Olha não é muito deixar-me fazer uma colocação.

O líder do governo, ele sempre se socorre com um expediente: “se quiser alguma informação fale comigo que trago extra-oficialmente, lá no meu gabinete ou vamos lá no gabinete”.

É diferente a nossa colocação.

A nossa colocação é a vinda do secretário para que ele possa discutir em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PTB, liderança do Governo.

Com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente e senhores parlamentares, deputado Beraldin espero que Vossas Excelências dispensem um pouquinho de sua atenção, porque quando pedi o aparte ao deputado José Maria Ferreira, pedi ao deputado José Maria que nos encaminhasse as dúvidas, que não foi a sua dúvida no decorrer dos quatro anos, que fui líder do Governo. Porque Vossa Excelência sempre foi aliado do governo. Agora parece que deu uma síndrome de Oposição nos últimos dias.

Então Vossa Excelência, agora talvez esse governo que lhe serviu a tanto tempo, não lhe sirva mais porque o senhor era um dos maiores bajuladores desse governo.

Quero, senhor presidente, talvez o último pronunciamento meu como líder do Governo, encerro hoje e entrego hoje, por ser o último dia, porque amanhã teremos aqui apenas a Redação Final de algumas propostas. Vários Parlamentares segundo o que tenho sentido, amanhã não estarão aqui.

Vou fazer o uso da palavra rapidamente para despedir-me dos parlamentares como líder do governo. Quero agradecer aos deputados que fizeram parte da base de sustentação do governo que foram comigo leais, corretos e que sempre tiveram procedimento do qual jamais poderei me queixar ou deixar de enaltecer a atitude dos

parlamentares, que fizeram base de sustentação ao governo.

Despeço-me da liderança do Governo e, se fosse convidado hoje senhor presidente, para assumir a Liderança do Governo, assumiria novamente. Assumiria novamente, porque ao longo desses quatro anos, aprendemos muito, aprendemos a vida legislativa, aprendemos a convivência parlamentar, atendemos enfim, o dia-a-dia dessa Casa, que é salutar.

É um aprendizado constante, porque todos os dias na Liderança do Governo, você se defronta com problemas e tem que encontrar soluções, tem que articular, tem que trabalhar muito.

Procuramos fazer o melhor, é claro que nos faltou, talvez, competência para ser um líder mais eficiente. Mas, procuramos através do nosso trabalho, se não tínhamos condições, se nos faltava condições procuramos exercer a Liderança do Governo com lealdade, com determinação e, principalmente com respeito aos senhores parlamentares quero pedir desculpas aos deputados de Oposição e nos embates nesta Casa, muitas vezes tenho meu ímpeto e talvez, no decorrer do tempo, de quem me conheceu há quatro anos atrás, quando assumi a Liderança do Governo, lembro-me muito bem do primeiro pronunciamento que fiz como Líder do Governo e lembro-me que o deputado Caíto Quintana, ao terminar o meu pronunciamento, veio e praticamente me arrebenhou na sua proposta, porque ali me faltou experiência, ali me faltou a vivência que tenho hoje, nesses quatro anos de Liderança do Governo.

Quero cumprimentar os deputados de Oposição, de Situação, pedir desculpas e dizer aos meus companheiros, por terem compreendido me ajudado a exercer a liderança.

Concedo aparte ao deputado Caíto.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Rossoni se lhe peço aparte neste instante é para fazer o inverso daquilo de quando Vossa Excelência assumiu. Vossa Excelência saído lá da nossa querida Bituruna, União da Vitória, tal qual este deputado saído do Planalto, lá no sudoeste do Paraná, a gente vem para cá, completamente alheio e estranho aos embates parlamentares, às questões de governo, à lide do dia-a-dia da Assembléia e quando se assume uma posição, como Vossa Excelência assumiu, de Liderança do Governo, que é uma posição sempre conturbada, porque é uma das atribuições da Oposição estabelecer o contraditório e exigir o máximo de explicações, questionar as ações do governo, claro, é uma missão espinhosa a todos aqueles que exercem essa função de líder do Governo.

Não quero ser deselegante, mas também, para poder justificar o porquê deste aparte, quero lhe dizer que na minha concepção o seu governo deixou em termos políticos e administrativos, muito a desejar e isso, indiscutivelmente gerou um problema muito maior, de muito maior dificuldade para Vossa Excelência defender este

governo e essas ações de governo, durante o exercício da Liderança.

Tenha certeza de uma coisa, Vossa Excelência nem sempre nos convenceu mas, seguramente, nunca fugiu da responsabilidade do desempenho da sua função e eu já fui líder de diversos governos, sei o quanto é ingrato levantar, por exemplo, com a galeria cheia e ter que tomar uma atitude de defesa do governo, mesmo sabendo que será vaiado constantemente na sua colocação e Vossa Excelência nunca fugiu dessa responsabilidade e acho que esse é o seu maior valor, aliás, valor que muitas e muitas vezes não foi reconhecido.

Quero parabenizar Vossa Excelência quando deixa a Liderança do Governo, sabendo que os embates aqui dentro do Plenário de Situação e Oposição são embates de idéias mas esses embates aumentaram o relacionamento entre nós parlamentares com Vossa Excelência e Vossa Excelência saiu engrandecido, tão engrandecido que tenho certeza absoluta, que recebeu os quatorze votos da Oposição para ser o 1º Secretário da Casa.

Parabéns.

O SR. VALDIR ROSSNI

Obrigado.

Concedo aparte ao deputado Divanir Braz Palma.

O Sr. Divanir Braz Palma

Quero aproveitar esta oportunidade histórica para deixar os nossos cumprimentos e a nossa admiração pelo modo como Vossa Excelência se portou como líder do Governo nesta Casa. Também, em especial, como companheiro, como amigo que nas horas difíceis, Vossa Excelência teve sempre para com este deputado, respeito, consideração, estima e sempre facilitou, dando uma palavra, um conselho, uma sugestão. Acho que isso é que faz enriquecer a nossa vida de parlamentar tão difícil, muitas vezes, tão mal compreendida pela opinião pública, mas que com os companheiros, como Vossa Excelência que com humildade aqui reconheceu o seu aprendizado, nós também estamos começando a trilhar esse caminho. Quero dizer a Vossa Excelência que também votei na sua candidatura a presidente desta Casa, depois votamos como secretário e vamos, se Deus quiser, pedir a Deus que amanhã possamos votar novamente para ser presidente, que Vossa Excelência tem todas as qualidades: como homem sério, como companheiro, como amigo para desempenhar suas funções.

Parabéns e felicidades.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Valdir Rossoni, queria também fazer coro aí com os demais companheiros e dizer que desde o início quando chegou aqui, que fiquei impressionado com a responsabilidade que Vossa Excelência tinha -

dada pelo próprio governo, de fazer a defesa e aqui sem nenhum maldade, às vezes em algumas matérias até indefensáveis. Quero deixar consignado aqui que aprendi a admirar Vossa Excelência como Parlamentar e como amigo, e, infelizmente, se os antagonismos não existirem - principalmente no Legislativo, perde realmente o sentido do Legislativo existir. Independente de posições partidárias ou de bancadas, acho que o papel foi um papel bem feito durante esse tempo que acompanhei Vossa Excelência. E dizer, principalmente, dessa sua qualidade: Vossa Excelência não consegue esconder quando está descontente. Porque enrubece a face e às vezes lhe faz mal para o coração. Quem sabe! Mas isso o torna uma pessoa fácil de entender e é por isso que a sua carreira tem sido brilhante. Lembro de Vossa Excelência pleiteando a primeira eleição como deputado, um professor lá de Bituruna que já, naquela ocasião, ousou desafiar os poderosos e foi uma carreira que tem sido uma carreira e será possivelmente, daqui para frente, tão brilhante como foi quando iniciou.

Queria deixar consignado os meus respeitos a Vossa Excelência e dizer dos entreveros até às vezes mal entendidos, de que por parte deste deputado que luta por Vossa Excelência, há um respeito muito grande como amigo, como companheiro. Dizer que a tarefa sua não foi fácil, mas de que com tudo isso, muito embora até às vezes Vossa Excelência esteja saindo sem saber, mas que a maioria absoluta daqueles companheiros e não companheiros de bancada como Vossa Excelência com quem a gente pode conversar, é de saber que Vossa Excelência foi correto, soube liderar e um líder não se compra num supermercado, um líder nasce feito e a gente vai burilando essa liderança e Vossa Excelência conseguiu.

Espero que Vossa Excelência termine este ano realmente com um Feliz Natal, porque seu ano será próspero na política, com certeza, e que Deus lhe dê vida e que Vossa Excelência possa voltar no ano que vem com muito mais força, acumulando essa liderança, para poder - quem sabe, galgar junto de companheiros outras batalhas que virão por certo vitoriosas.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concedo aparte ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Deputado Rossoni, Vossa Excelência não me queira mal. Gosto às vezes de provocar Vossa Excelência, porque Vossa Excelência fica vermelho quando provocado.

Na verdade Vossa Excelência veio para esta Casa, cresceu aqui nesta Casa: em sabedoria, em determinação, em trabalho. Essas características Vossa Excelência tem: trabalho, competência, determinação. E quando assume, assume com todo vigor - características fundamentais para um líder. No entanto, sabemos que Vossa Excelência sofreu muito nessa Liderança. porque este governo é um

governo que não se preocupa muito com o Poder Legislativo. Tenho certeza que Vossa Excelência sofreu muito e nós, aqui, muitas vezes, sofremos junto com Vossa Excelência. Com certeza, entregando a Liderança do Governo e assumindo um cargo justo, Vossa Excelência irá assumir de 1º Secretário, fruto de um trabalho.

Então, quero cumprimentar Vossa Excelência, dizer que Vossa Excelência marcou como líder do Governo, assim como marcou na época de líder o governo Caíto Quintana, assim como marcou o deputado Orlando Pessuti, enfim, muitos que desempenharam essa função de líder, o deputado Algaci Tulio. Enfim, Vossa Excelência entra para a galeria daqueles líderes que exerceram com competência e determinação.

Portanto, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo seu desempenho e dizer que gosto de Vossa Excelência, que admiro Vossa Excelência e sinto quando Vossa Excelência fica nervoso, vem aquele vermelhão no rosto, próprio da nossa origem italiana.

Parabéns, seja feliz na 1ª Secretaria e tenho certeza que Vossa Excelência, tira, no mínimo, uns sessenta quilos das costas, hoje, entregando a Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, concedo apenas um aparte ao deputado Durval Amaral, depois encerro.

O Sr. Durval Amaral

Meu companheiro e amigo, líder Valdir Rossoni.

Tivemos muitas lutas, muitos embates juntos, ganhamos muitas, perdemos outras. Mas, sempre, reciprocamente, devotamos um ao outro, e acredito que todos nós da base aliada do governo, a lealdade. Que, aliás, é uma das suas principais marcas. Você que tem uma personalidade forte, um caráter vibrante tem na lealdade uma das principais virtudes, lealdade ao governador Jaime Lerner, lealdade aos companheiros, sempre assumindo e os defendendo incansavelmente.

Tenho a certeza que a sua ascensão como 1º Secretário desta Casa é um merecimento de quem lutou uma boa luta, de quem enfrentou um bom combate, de quem sempre foi companheiro e amigo leal.

Tenho certeza que para mim, para o Traiano, para qualquer um dos deputados aqui, não será e não seria fácil sucedê-lo na Liderança do Governo. Mas se ao final do seu trabalho você sai da Liderança com o apreço, com o respeito e com amizade de todos os deputados, inclusive os da Oposição, é porque você, realmente, é um bom amigo, um bom companheiro, e principalmente um bom caráter e uma pessoa que cultua a lealdade.

Parabéns!

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço os apartes, e não quero atrasar mais, senhor presidente.

Senhor presidente, quero agradecer a Vossa Excelência pela condução dos trabalhos desta Casa com

sabedoria, sempre tendo a compreensão às vezes dos parlamentares, nós parlamentares às vezes nos excedemos, não usamos o Regimento Interno e Vossa Excelência sempre teve essa compreensão. E cada vez, quanto mais convivo com Vossa Excelência, mais lhe admiro pela pessoa e pela personalidade que Vossa Excelência é. Quero desejar ao deputado Durval Amaral como líder do Governo, e ao deputado Traiano, toda a felicidade. E quero convidar os senhores parlamentares para que façam da sala da 1ª Secretaria a partir, do dia 15 de fevereiro, façam da sala da 1ª Secretaria a sua casa, a extensão da sua casa, lá terá o deputado Rossoni. Vou procurar colocar em prática nesta Casa o meu trabalho, vou procurar fazer o melhor, vou procurar melhorar ainda mais essa Casa, do que já estão fazendo, sempre em cima dos princípios da lealdade, da honestidade, que acho que sempre deve reger o ser-humano.

O meu muito obrigado! Feliz Natal a todos, um bom final de ano, e que todos possamos nos encontrar dia 15 de fevereiro aqui para iniciarmos o ano de 2001!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência irmana-se a todos os pronunciamentos feitos ao deputado Valdir Rossoni, e apenas solicita que o deputado permaneça como Líder até o final da sessão de hoje e a de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Incentivo a Cultura, criando o Conselho de Desenvolvimento Cultural e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDAS DA C.C.J. E PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA Nº 01 DE PLENÁRIO E CONTRÁRIO À EMENDA Nº 02 DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que determina que os 1ºs tenentes PM - músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, passem para a Reserva Remunerada com os proventos de capitão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. E S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2000, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 030/2000, que altera a redação da lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995 (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o Substitutivo Geral e a Emenda nº 12.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, pelos motivos já apresentados na sessão de ontem, peço a Vossa Excelência que registre o voto contrário da Bancada da Oposição à Emenda de nº 11, Substitutivo Geral, conforme argumentos discorridos na sessão de ontem.

O SR. JOSÉ MARAI FERREIRA (**Pela Ordem**)

Solicito que também faça constar na Ata o voto contrário da Bancada do PSDB, que também na sessão de ontem votou contrariamente.

Obrigado.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Estadual a incluir no nível PG7, os professores que obtiverem certificado de até 30 de junho de 1999 e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARE-

CER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 404/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Irineu Colombo, visa autorizar o Poder Estadual a incluir no nível PG7, os professores que obtiverem certificado de até 30 de junho de 1999 e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a constitucionalidade da emenda de plenário, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável à emenda de plenário.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Antonio Carlos Belinati, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Durval Amaral, Moysés Leônidas, Pastor Edson Praczyk.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/99, de autoria do deputado Antonio Annibelli, que proíbe a circulação de carretas e caminhões na travessia de Matinhos a Guaratuba. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

Nós estamos votando o projeto, ressalvadas as Emendas.

(Lê Emenda de autoria do deputado Caíto Quintana).

Em votação. **Aprovada.**

(Lê Emenda de autoria do deputado Antônio Annibelli).

Esta Emenda de deputado Annibelli é conflitante. Não há necessidade de votar. Vale a do deputado Caíto Quintana, que já foi aprovada. Prejudica esta.

(Lê Substitutivo Geral).

Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência nos declinasse o autor da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

São diversos senhores deputados: Valdir Rossoni, Algaci Tulio, com diversos apoios. Justifica: As supressões das expressões visam aprimorar a técnica legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Se Vossa Excelência acha que está correto, este deputado está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aprovado.

Projeto de lei firmado pelos deputados Alborghetti, Nelson Garcia, Durval Amaral: Não se aplica ao capítulo deste artigo, veículo que transportam cargas até 4 toneladas.

O SR. NELSON GARCIA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, fizemos esta emenda porque entendemos que as pessoas que circulam entre um município e outro para fazer entregas em caminhões pequenos, não teriam condições de fazer as entregas pelo desvio da rodovia. Portanto, entramos com esta emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu louvo a emenda do deputado Nelson Garcia até porque normalmente quando se apresenta emendas não temos conhecimento das emendas dos outros, mas, acho, deputado, que esta sua preocupação está contemplada que foi votada porque ela diz que qualquer carga que tenha como origem ou final o município de Guaratuba, pode transitar. Agora, se aprovarmos a sua, até quatro toneladas, vamos permitir, que, em qualquer circunstância, até quatro toneladas, passem na balsa. Daí, não tem proibição.

Então, eu pediria, no entendimento de Vossa Excelência, a retirada desta emenda.

O SR. NELSON GARCIA

Eu retiro minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está retirada a emenda.

Em votação o projeto: **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2000, que dispõe sobre a delimitação do perímetro da área de proteção ambiental - APA do Passauna, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/2000, de autoria da CPI do Narcotráfico, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de proteção a vítimas e testemunhas de infrações penais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. (**Publ. no D.A. nº 078, de 14.06.2000**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 199/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, visa autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável, na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 199/2000

Fica incluído no art. 2º o inciso III, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º - O Programa de que trata esta lei tem como

objetivo garantir proteção para as pessoas que estejam sendo ou possam vir a ser coagidos ou ameaçadas por sua colaboração direta ou indireta em investigação criminal ou processo penal.

I -...

II -...

III - ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado:

a) a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa;

b) a localização da vítima com a sua integridade física preservada;

c) a recuperação total ou parcial do produto do crime.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 199/2000

Fica incluído art. 3º com a seguinte redação (renumerando-se os demais artigos):

Art. 3º - Serão aplicadas em benefício do colaborador, na prisão ou fora dela, medidas especiais de segurança e proteção à sua integridade física, considerando ameaça ou coação eventual ou efetiva.

Parágrafo Único - Estando sob prisão temporária, preventiva ou em decorrência de flagrante delito, o colaborador será custodiado em dependência separada dos demais presos.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 199/2000

Fica incluído no art. 14 com a seguinte redação (renumerando-se os demais artigos):

Art. 14 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão à conta de dotação consignada no orçamento.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o teor destes projetos não constam da Ordem do Dia, estamos votando sem saber o conteúdo dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência tem razão, mas pode votar tranquilo que este é bom. O deputado Caíto há pouco sugeriu, e que isto não se torne uma prática nesta Casa, até porque devo me licenciar nos próximos dias. Mas, agradeço a confiança.

Um projeto elaborado pela Comissão do Narcotráfico e pelo deputado Caíto Quintana, para mim, tem um respaldo muito grande.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Apenas gostaria de deixar claro que estamos votando dois projetos que estão anexados, com a concordância dos deputados autores. Eles são similares, não são idênticos, portanto na 2ª votação e na Redação Final, faremos uma fusão fazendo um Substitutivo que possa contemplar todas as questões.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Quero registrar o meu voto contrário por não ter tido condições de julgar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência está coberto de razões e fica registrado o voto contrário do deputado José Maria Ferreira.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Costumeiramente faço os reparos a Ordem do Dia, projeto que não passou em determinada comissão, mas estaremos até entendendo e aceitando por ser um período final da Sessão. Mas se fosse para levar da forma como levou o deputado José Maria Ferreira então temos que votar contra todos porque não tem nenhum projeto anexado aqui.

Estão faltando os de primeira discussão aqui, mas eu tenho uma cópia aqui do nosso projeto e o deputado Caíto também e a gente já resolve esta questão também.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Orçamento já está distribuído a Vossas Excelências. O único em primeira discussão é este.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/2000, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado do Paraná para o exercício de 2001. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O..

PROJETO DE LEI Nº 314/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :**Seção I**

Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta lei estimula a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

I - Os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

II - O orçamento de investimento das despesas públicas e das sociedades de economia mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, e estimada no valor de R\$12.810.018.320,00 (doze bilhões, oitocentos e dez milhões, dezoito mil, trezentos e vinte reais).

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 29 da Lei Estadual nº 12.895, de 06 de julho de 2000 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$1,00

1 - Receitas de recolhimento Centralizado	R\$ 11.171.932.170
1.1 - Receitas Correntes	R\$ 6.906.647.230
1.2 - Receitas de Capital	R\$ 4.265.284.940

2 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das autarquias, fundações, órgãos de regime especial e fundos (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.077.501.600
2.1 - Receitas Correntes	R\$ 1.017.875.440
2.2 - Receitas de Capital	R\$ 59.626.160

3 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das empresas públicas e sociedades de economia mista, para o orçamento de investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 560.584.550
3.1 - Receitas Correntes	R\$ 472.245.990
3.2 - Receitas de Capital	R\$ 88.338.560

4 - Total da Receita	R\$ 12.810.018.320
4.1 - Receitas Correntes	R\$ 8.396.768.660
4.2 - Receitas de Capital	R\$ 4.413.249.660

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 3º - Os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta discriminados no Anexo III, estimam a receita em R\$12.249.433.770,00 (doze bilhões, duzentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e setenta reais) e fixam à despesa igual valor.

Art. 4º - O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferência do Estado, está estimado em R\$705.662.250,00 (setecentos e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

Art. 5º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O programa de obras custeadas com recursos do Tesouro Nacional e outras fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2000, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do índice geral de preços - disponibilidade interna - IGP-DI, da Fundação

Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2000, dando ciência prévia a Assembléia, com a informação dos totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre a correção dos valores dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta e do orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades da economia mista, mediante aplicação do índice geral de preços - disponibilidade interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Fontes

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado, no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos adicionais para atender despesas com pessoal, recomposição salarial e encargos sociais, o pagamento da dívida pública e os anexos VI e VII desta Lei e com as transferências constitucionais aos municípios, utilizando como recursos as formas no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos adicionais até o limite de 5% (cinco por cento), por projeto/Atividade/Operações Especiais das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da administração indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

III - Abrir créditos adicionais até o limite de 8% (oito por cento), das dotações definidas neste orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964;

IV - Até o limite de 30% (trinta por cento) das dotações, por grupo de fontes definidas neste orçamento, proceder a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das obras, sem lhes

alterar o valor global, com a finalidade de assegurar à execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura dos créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo.

V - Alterar o programa de obras, orçado nesta lei à nível de projetos e atividades orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento), custeados com recursos do tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia de cada mês, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos estados de Alagoas e Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP) dos quais o Estado do Paraná é portador, dando ciência a Assembléia Legislativa.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a implementação da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, utilizando como crédito as formas previstas no § 1º, Art. 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 13 - Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder ajustes no seu orçamento nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 14 - Fica o Poder Judiciário autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender a situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485 de 03 de junho de 1987, bem como proceder às suas eventuais descentralizações.

Seção VII

Da Execução do Orçamento e dos Créditos por antecipação da Receita

Art.16 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI,

capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Seção VIII **Das Disposições Gerais**

Art. 17 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 20 dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará a Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesas especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, com os valores na forma do disposto no art. 7 desta lei.

Art. 18 - O Poder Executivo deverá proceder todos os meses, empenhos e pagamentos de um doze avos, do constante no Anexo I, desta lei.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgãos e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 20 - Passam a fazer parte integrante da presente lei, os anexos VI, VII e VIII, devendo o Poder Executivo proceder as alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente lei.

Art. 21 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes necessários no Projeto/Atividade 1136, convertendo recursos da ordem de R\$40.815.000,00 (quarenta milhões, oitocentos e quinze mil reais) da fonte 37, para a fonte 41.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações orçamentárias decorrentes do Decreto 2.881, de 19 de outubro de 2000, e de outras modificações organizacionais referentes exclusivamente a órgãos e unidades orçamentárias criadas ou remanejadas e somente entre elas, e que impliquem em alterações da proposta orçamentária para 2001 encaminhada à Assembléia Legislativa.

Art. 23 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2001, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 19 de Dezembro, em 14.12.2000.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 314/2000

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei orçamentária para o exercício de 2001, oriundo da mensagem do Poder Executivo nº 26/2000.

Ao projeto de lei original foram apresentadas 10.654 emendas, tendo sido acolhidas deste total, 5.177 emendas, sendo 1.526 emendas à despesa, 3.648 emendas ao conteúdo programático e 03 ao texto da lei, sendo destas, 02 acolhidas parcialmente.

Foram acolhidas segundo critérios estabelecidos por este relator, as emendas à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais).

Os critérios foram erigidos com base em dados fornecidos pelo Poder Executivo. Tais elementos merecem acatamento por parte deste Relator, com vistas a tornar efetiva e concreta a implementação do conteúdo das proposições dos senhores deputados.

As emendas à despesa perfizeram um montante R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) sendo atendidas por cancelamento na mesma importância, apontados pelos senhores deputados dentre as diversas dotações consignadas na proposta do Executivo, preservando o seu valor original.

É de se notar que, ao acatar 5.177 emendas, o que representa em termos percentuais de 49% das emendas apresentadas, respeitou-se a prerrogativa constitucional dos senhores deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Na Emenda Substitutiva Geral, este Relator entendeu por bem alterar o artigo 9º do texto original. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência parlamentar, para a plena realização do ideal democrático através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas e se concretizará pelo acatamento das mesmas, obedecendo-se à tecnicidade peculiar do processo classificatório.

Assim somos Favoráveis à aprovação do presente projeto de lei, nos termos da Emenda Substitutiva Geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 14.12.2000

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 314/2000

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Seção I **Das Disposições Comuns**

Art. 1º - Esta lei estimula a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

I - Os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

II - O orçamento de investimento das despesas públicas e das sociedades de economia mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, e estimada no valor de R\$12.810.018.320,00 (doze bilhões, oitocentos e dez milhões, dezoito mil, trezentos e vinte reais).

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 29 da Lei Estadual nº 12.895, de 06 de julho de 2000 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$1,00

1 - Receitas de recolhimento Centralizado	R\$ 11.171.932.170
1.1 - Receitas Correntes	R\$ 6.906.647.230
1.2 - Receitas de Capital	R\$ 4.265.284.940

2 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das autarquias, fundações, órgãos de regime especial e fundos (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.077.501.600
2.1 - Receitas Correntes	R\$ 1.017.875.440
2.2 - Receitas de Capital	R\$ 59.626.160

3 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das empresas públicas e sociedades de economia mista, para o orçamento de investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 560.584.550
3.1 - Receitas Correntes	R\$ 472.245.990
3.2 - Receitas de Capital	R\$ 88.338.560

4 - Total da Receita	R\$ 12.810.018.320
4.1 - Receitas Correntes	R\$ 8.396.768.660

4.2 - Receitas de Capital

R\$ 4.413.249.660

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 3º - Os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta discriminados no Anexo III, estimam a receita em R\$12.249.433.770,00 (doze bilhões, duzentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e setenta reais) e fixam à despesa igual valor.

Art. 4º - O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferência do Estado, está estimado em R\$705.662.250,00 (setecentos e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O programa de obras custeadas com recursos do Tesouro Nacional e outras fontes está detalhando no Anexo V desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2000, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do índice geral de preços - disponibilidade interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2000, dando ciência prévia à Assembléia, com a informação dos totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre a correção dos valores dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta e do orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades da economia mista, mediante aplicação do índice geral de preços - disponibilidade interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita

de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Fontes

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado, no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos adicionais para atender despesas com pessoal, recomposição salarial e encargos sociais, o pagamento da dívida pública e os anexos VI e VII desta lei e com as transferências constitucionais aos municípios, utilizando como recursos as formas no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos adicionais até o limite de 5% (cinco por cento), por Projeto/Atividade/Operações Especiais das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da administração indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

III - Abrir créditos adicionais até o limite de 8% (oito por cento), das dotações definidas neste orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964;

IV - Até o limite de 30% (trinta por cento) das dotações, por grupo de fontes definidas neste orçamento, proceder a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura dos créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo.

V - Alterar o programa de obras, orçado nesta lei a nível de projetos e atividades orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento), custeados com recursos do Tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia de

cada mês, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos estados de Alagoas e Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP) dos quais o Estado do Paraná é portador, dando ciência à Assembléia Legislativa.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a implementação da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, utilizando como crédito as formas previstas no Parágrafo Primeiro, Art. 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 13 - Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder ajustes no seu orçamento nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 14 - Fica o Poder Judiciário autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender a situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485 de 03 de junho de 1987, bem como proceder às suas eventuais descentralizações.

Seção VII

Da Execução do Orçamento e dos Créditos por antecipação da Receita

Art.16 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 17 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 20 dias da publicação da lei orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesas especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orça-

mentos fiscal e próprio da administração indireta, com os valores na forma do disposto no art. 7 desta lei.

Art. 18 - O Poder Executivo deverá proceder todos os meses empenhos e pagamentos de um doze avos, do constante no Anexo I, desta lei.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgãos e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 20 - Passam a fazer parte integrante da presente lei, os anexos VI, VII e VIII, devendo o Poder Executivo proceder as alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente lei.

Art. 21 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes necessários no Projeto/Atividade 1136, convertendo recursos da ordem de R\$40.815.000,00 (quarenta milhões, oitocentos e quinze mil reais) da fonte 37, para a fonte 41.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações orçamentárias decorrentes do Decreto 2.881, de 19 de outubro de 2000, e de outras modificações organizacionais referentes exclusivamente a órgãos e unidades orçamentárias criadas ou remanejadas e somente entre elas, e que impliquem em alterações da proposta orçamentária para 2001 encaminhada a Assembléia Legislativa.

Art. 23 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2001, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.2000.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoioamento:

Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk.

Há sobre a mesa requerimento do deputado Orlando Pessuti, com apoioamento dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira e Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando destaque e preferência de discussão e votação sobre as demais emendas para a emenda sob protocolo 9840, de autoria do deputado Pessuti, que dispõe sobre a inclusão de novo artigo na Sessão Sétima do projeto de lei do orçamento. **Não recebido pela Mesa. Com base no inciso V, do art. 132, do Regimento Interno, transforme em projeto em separado.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Sr. presidente, em matéria orçamentária o mérito das emendas é apreciado na Comissão de

Orçamento, o regimento é muito claro, razão pela qual não cabe destaque para votação de emendas neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perdão, deputado Durval Amaral, com a devida vênia, cabe destaque também na Lei Orçamentária.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, antes de mais nada e antes de se falar alguma coisa é necessário que nós destaquemos de início o brilhante trabalho que desenvolveu a Comissão de Orçamento desta Casa presidida pelo deputado Cesar Silvestri tendo como vice o deputado Strapasson, tendo como relator o deputado Durval Amaral, deputado Zuk fazendo aparte, deputado Vanhoni, deputado Litro e não me lembro dos outros dois agora, mas foi um trabalho brilhante sim porque foram cerca de dez mil emendas apresentadas, tanto que esta emenda nossa e outros senhores deputados recebeu o número 9.840. Então, há que se louvar o trabalho que desenvolveram os deputados integrantes da Comissão de Orçamento, a assessoria dos parlamentares, de cada um de nós, a assessoria dos parlamentares que integram a Comissão de orçamento, a assessoria da Comissão de Orçamento e os demais funcionários da Assembléia Legislativa para que nós pudéssemos chegar hoje dia 14 de dezembro com o relatório, com um Substitutivo Geral para que nós possamos deliberar sobre ele na sequência. Nós estamos, senhor presidente, pedindo destaque para este assunto porque ele não é fruto apenas da vontade do deputado Orlando Pessuti e dos demais deputados que firmaram esta emenda. É fruto de uma reivindicação de milhares e milhares de pessoas que na condição de servidores públicos estaduais aguardam e esperam de nós parlamentares estaduais que possam abrir caminhos, abrir espaços, abrir e oferecer oportunidades para que o governo do Estado possa a eles atribuir a recomposição em cima das perdas salariais, ao longo dos últimos cinco anos.

A nossa emenda tem amparo legal e mérito, sim. Ela não conflita com princípios constitucionais ou legais. Porque ela diz: “Fica o Poder Executivo, dentro dos parâmetros estabelecidos, pela legislação vigente. “Ela colocou limitações. Ela não é uma emenda, que vai à loucura, que busca impingir, obrigar sob votação da nossa vontade, que o governo faça isso ou aquilo”. Dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente, fica o Poder Executivo obrigado a tomar medidas necessárias, para recompor perdas salariais do funcionalismo público estadual.” E vai adiante a nossa emenda.

O texto oferecido pela Comissão de Orçamento, no corpo da lei, em seu Artigo 09, diz o seguinte: “Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe, a: inciso 01, abrir créditos adicionais, para atender despesas com pessoal; recomposição salarial e encargos sociais; o paga-

mento da dívida pública e vai por aí adiante, também o artigo.

É evidente, senhor presidente da Assembléia, senhor presidente da Comissão de Orçamento, senhor relator e demais integrantes, que a inclusão desse termo: recomposição salarial e encargos sociais, é um avanço, sim. Foi uma conquista em cima das reivindicações apresentadas, pelo Fórum de entidades sindicais e foi, sim, uma abertura dada, não só pelos integrantes da Comissão de Orçamento, mas com certeza, por todos aqueles que trabalharam, para que isso pudesse comparecer a constar do substitutivo ao orçamento, que vamos abalisar na tarde de hoje.

Por essa razão, compreendendo da disposição, que tem os senhores deputados, em atender aos anseios e reclamações da comunidade de servidores públicos estaduais, sentindo que esta vontade torna-se clara e objetiva, no momento em que se inclui uma parte daquilo que se reivindica, em um artigo do texto proposto, na forma de substitutivo, é que estamos pedindo a compreensão, para um pouco mais. Estamos pedindo, para que os senhores deputados, tenham um pouco mais de sensibilidade e de abertura, às reivindicações dos servidores públicos, de forma que possamos aprovar, sim, o substitutivo aprovado pelo relator. Aprovar sim, o orçamento que está sendo trazido a nós, para discussão e votação, nesta tarde. Mas que possamos de forma aditiva aprovar, sim, a emenda 9840, porque ela não contraria nenhum preceito e nenhum princípio constitucional. Ela colocará uma posição clara e evidente desse Poder Legislativo, em favor das reivindicações dos senhores servidores, das senhoras servidoras.

Poderíamos, sim, aprovar essa emenda e por isso a necessidade de aprovarmos o requerimento, objeto do nosso encaminhamento. É necessário que aproveemos o requerimento, para que essa emenda possa ser destacada do conjunto de todas as emendas, possamos aprovar o substitutivo e essa emenda e, evidentemente, ela ser incluída na forma aditiva. Se o governo do Estado, posteriormente, entender que não deva essa emenda constar da peça orçamentária, ele tem o poder de vetar ou não vetar.

Nós, parlamentares, daremos uma satisfação clara e evidente de que queremos, que o governo do Estado promova todos os esforços, repito, dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente, para recompor as perdas salariais dos servidores públicos, que foram acumuladas ao longo desses cinco anos.

Portanto, peço aos senhores parlamentares, que votem favoravelmente ao nosso requerimento de destaque à Emenda 9840 e que depois, evidentemente, possamos votar favoravelmente à emenda.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, com o respeito que tenho a Vossa Excelência, mas, datíssima vênica, o artigo 209 é muito claro: “A decisão da Comissão sobre as Emendas” e é a Comissão de Orçamento, é claro, “é final, a

menos que 1/3 dos membros da Assembléia requeira votação em Plenário”. O que não se configurou, neste momento, sem discussão de Emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de orçamento. “Mas digo isso só para esclarecer porque tenho certeza que o deputado Pessuti vai atender ao nosso apelo porque hoje, pela manhã, em entendimento com o professor Romeu, professores da APP, a Comissão de Orçamento, assistidos que fomos pelo deputado Vanhoni, pelo deputado Edson Strapasson, da Bancada da Oposição, chegamos a um acordo, com relação a esta Emenda e ela foi, sim, acolhida, embora parcialmente, no artigo 9º inciso 1º: - Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe a: 1 - abrir créditos adicionais para atender despesas com pessoal, reposição salarial e encargos sociais. E segue senhor presidente, razão pela qual eu quero encarecer ao deputado Pessuti que inclusive consulte o professor Romeu porque o pleito está atendido, dentro do que nos é possível atender, porque estamos tratando de matéria orçamentária.

Só novamente destacando aqui, senhor presidente, que esta é uma das pouquíssimas delegações, é uma das poucas delegações de poder que o Legislativo confere ao Executivo para que nunca o Executivo possa ter a desculpa de não pagar funcionários, não pagar salários ou não dar reajuste salarial fundamentando que a Assembléia Legislativa não suplementou o orçamento para pagamento de pessoal, então nós fazemos isso antecipadamente delegando este poder até para nos eximir de qualquer responsabilidade sobre pagamento de pessoal.

Então, senhor presidente, eu encareço ao deputado Pessuti para que a Questão de Ordem não seja preponderante, porque ela o é, para que ele retire efetivamente a sua Emenda e o seu requerimento porque ela já está contemplada no orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em que pese o deputado Orlando Pessuti tenha feito uma brilhante exposição sobre o seu requerimento a Presidência deixa de acatar o requerimento do deputado Orlando Pessuti e lamenta, por total falta de amparo regimental.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria que o senhor me dissesse onde não está o amparo regimental?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência teria que ter no requerimento 18 assinaturas e pelo cansaço e a estafa que toma conta desta Presidência eu imaginei ver assinaturas e só tinham 4, por esta razão eu deixo de receber o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, até onde sei do regimento qualquer requerimento para destaque de votação de

Emendas não exige 18 assinaturas. Gostaria que me fosse dito qual artigo do regimento, a não ser especificamente sobre o caso do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Especificamente sobre o orçamento, este Regimento é maroto em algumas questões realmente: Artigo 209: - A decisão da Comissão sobre as Emendas é final a menos que 1/3 dos membros da Assembléia requeira a votação em Plenário sem discussão da Emenda aprovada ou rejeitada, na Comissão de Orçamento.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Me permita antes votar o Substitutivo Geral.

Em Votação o Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Orçamento, deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Pela Ordem, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Quero fazer a justificação de voto. Quero, como já disse que aprovaria o Substitutivo porque não tinha motivos, mas quero fazê-lo com ressalvas e até com protesto porque de certa forma os anseios todos que nós pleiteávamos não constam desse Substitutivo, pois esta razão eu voto favoravelmente mas com ressalvas e com protestos por não ter sido aceito esse destaque que fizemos, Vossa Excelência nos corrige agora, não houve realmente tempo para que nós colhêssemos as 18 assinaturas, confesso que entendia ser necessário apenas as 4 assinaturas, mas faço um apelo a Vossa Excelência, que não sendo possível nós votaremos de forma destacada esta Emenda, atendendo aquilo que não só praxe é desta Casa mas também regimental, que Vossa Excelência transforme esta nossa Emenda de nº 9840, num projeto à parte, para que ele possa ser hoje autuado e ter início a sua tramitação e poderemos posteriormente discutir este assunto na sua plenitude.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Da mesma forma quero justificar o voto a este Substitutivo da Comissão de Orçamento e lavrar aqui o nosso protesto, na medida em que nós fizemos todo o esforço, juntamente com o Foro dos Servidores Públicos Estaduais, que comprovam por vários estudos a defasagem salarial que é no mínimo de 47%.

E é de bom senso, seria de bom senso, que os deputados sensíveis à causa dos servidores públicos, colocasse pelo menos parâmetro em número no orçamento para indicar ao governo, que ele tem que ter essa preocupação com os servidores públicos estaduais, que ele tem que colocar nas suas metas de receita, verificar as possibilidades de evitar despesas, colocar ali nesse estudo os

47% que os servidores estão a exigir, que os servidores tem direito há mais de 5 anos sem receber.

Então, o nosso bloco de Oposição não faltou em nenhum momento com a responsabilidade de colocar uma Emenda atendendo já detalhando com o seu relator de acatar o recebimento da Emenda no tempo, no prazo e na forma de um disquete como não havia possibilidade da Bancada da Oposição ter lá sua prerrogativa de apresentar Emenda em protocolo em separado, nós não fizemos no meio de tantas outras emendas bancadas. Então, esta foi a forma, acho que não faltamos com nossa maior vontade e dedicação técnica para colocar isso.

Queremos lavrar aqui uma homenagem à mobilização dos senhores servidores, e ficar consignado em Ata, que a proposta do deputado Orlando Pessuti transformando esta emenda no projeto à parte, será objeto de luta desta Bancada do ano que vem para recomposição salarial em homenagem ao esforço grande que fizeram e que infelizmente não houve sensibilidade política suficiente para acatá-lo no texto como está, o importante é o número para colocar como parâmetro ao governo do Estado.

Muito obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, deputado Orlando Pessuti, acredito que Vossa Excelência deve ter ouvido as explicações dadas pelo relator da Comissão, deputado Durval Amaral com relação a sua emenda especificamente.

Da mesma forma, nós tivemos a preocupação, da Bancada da Situação, de ouvir as reivindicações da APP Sindicato, que participou conosco da reunião, hoje pela manhã; da Comissão de Orçamento, onde nós através do diálogo chegamos a um entendimento de que o que era possível ser colocado no orçamento para que não tivesse vício de inconstitucionalidade inclusive, foi a alteração do artigo 9º. Isso foi feito através de entendimento, depois de nós debatermos o assunto nós chegamos à conclusão, que a obrigatoriedade que dizia em sua emenda, ela continha vício de inconstitucionalidade.

Nós não poderíamos fixar o percentual de reajuste, porque não cabe ao legislativo fixar esse reajuste.

Então eu acho que houve essa boa vontade sim, da parte da Bancada da Situação, tanto é que nós iniciamos o diálogo e chegamos a uma conclusão em conjunto. Junto com o APP-Sindicato, junto com os deputados da Situação e da Oposição acredito que foi bastante discutido esse assunto e houve boa vontade de ambas as partes.

O SR. ANGELO VANHONI

Senhor presidente, nós vamos hoje aqui na Assembléia Legislativa em 3ª Discussão, só falta a Redação Final, um projeto muito importante para um setor da sociedade.

Nesses últimos três dias, representantes dos trabalhadores na área da música, compositores, trabalhadores

de artes cênicas, as suas entidades representativas, diretores de teatro da nossa cidade, artistas de uma maneira em geral acompanharam um pleito, que não é somente dos artistas e produtores culturais do Estado do Paraná, é do conjunto da sociedade.

O Paraná, dos estados da Nação é um dos poucos estados que ainda não tinha uma lei que possa ajudar a fomentar a cultura no Território Nacional.

Agora, pela vontade unânime dos deputados estaduais da Assembléia Legislativa está votando um projeto que a muito tempo é esperado pela sociedade paranaense e pelos produtores e artistas do nosso Estado.

A solicitação que eu faço a Vossa Excelência eu sei que agora na Sessão Extraordinária ainda vai ser votado a Redação Final. Mas, como nós estamos no final do ano legislativo e, também, é o final do ano fiscal, esta lei de alguma forma precisa ser sancionada pelo governador em exercício ou pelo governador Jaime Lerner, antes do final deste ano. Para que possa ter validade, mesmo que algumas alterações precisem ser feitas, pelo poder Executivo, em discussão com o setor, em discussão com a Assembléia Legislativa. mas, que possa ter alguma validade no ano fiscal, no ano 2001, que o governador sancione esta lei ainda este ano o mais breve possível e proceda a publicação no Diário Oficial.

Nós sabemos que um pouquinho de boa vontade, como óbices financeiros foram retirados do presente projeto e está apenas o arcabouço legislativo de princípios, de como funciona uma lei de incentivo a cultura. A solicitação que eu faço a Vossa Excelência, como presidente da Casa, é que nessa próxima segunda-feira, se Vossa Excelência puder encaminhar ao governador o projeto votado pela maioria dos deputados da Assembléia Legislativa, para que na semana que vem o governador em exercício ou o governador Jaime Lerner, possam sancionar este projeto.

Porque daí sim, nós vamos estar dando garantia de que o Paraná vai se inscrever no mapa geral, do território nacional, como um Estado que fomenta a cultura.

Eu tenho a impressão que esse é o desejo do governador, quando era prefeito sancionou uma lei que é vigente até hoje, na cidade de Curitiba.

Aliás uma lei que tem dado exemplos para outras cidades do território nacional.

O deputado Marcos Isfer era vereador junto comigo naquela época, sabe de todo esse processo, porque pode acompanhar nesses últimos anos.

Então o apelo que faço é em nome dos artistas, dos produtores culturais, das entidades de classe na área da cultura é que Vossa Excelência possa encaminhar ao governador na segunda-feira, também transmito, aos deputados da Assembléia Legislativa que ajudaram a construir, a consolidar essa lei, o abraço e o muito obrigado dos artistas e produtores culturais, que estão na galeria nesses últimos três dias acompanhando esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Para justificar o nosso voto.

Primeiramente, para cumprimentar a sua decisão que sabíamos de antemão que seria esta, como sempre o foi, no interesse da cultura ou fosse do Estado do Paraná, prontamente, todos os projetos aqui aprovados, a sua Mesa Executiva remete ao Poder Executivo muito antes do tempo regimental. Nós queríamos justificar ao ilustre presidente, Cezar Silvestri, e ao nosso relator, deputado Durval Amaral, que, mesmo tendo na reunião de hoje, três pessoas representantes deste Poder na comissão, deputado Strapasson, Vanhoni e este que vos fala, a Oposição era maioria.

Sabíamos que tínhamos como tivemos, a intenção de fazer o presidente acatar essa emenda ora proposta pelo deputado Pessuti e nós todos. Lá presentes, o nosso presidente da APP, Romeu e mais algumas professoras viram da dificuldade jurídica da inclusão dessa proposta e agora, quando achamos a saída técnica, transformando em um projeto, eu queria, como tivemos a iniciativa de aprovar o substitutivo e dar um voto de confiança ao deputado Cezar Silvestri, que na discussão desta emenda, e não tendo inconstitucionalidade de maneira alguma, ele que nos honrasse, ele e Durval Amaral, com o voto favorável ao projeto de lei e essa reposição salarial dos servidores públicos do Estado, coisa que acredito que eles assim o farão, como a bancada da Situação também os convoco, com a saída do ilustre amigo e líder Rossoni e o Durval Amaral que irá assumir, que nos dê a chance de o governador recompor aquilo que ele não deu durante esses quase seis anos ao funcionário público do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência solicita a atenção dos senhores deputados.

Peço o obséquio de Vossa Excelências para que eu possa suspender a sessão por dez minutos para uma pequena reunião com os líderes dos Partidos, mais o vice-presidente e o 1º Secretário, no gabinete da Liderança do Governo.

(**Suspensa a sessão.**)

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento nº 2563, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, com apoio dos senhores deputados Ricardo Chab, Luiz Carlos Zuk, Miltinho Puppio e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. CHICO NOROESTE (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados. Este requerimento de minha autoria que pretende reincluir o projeto que se refere a criação e implantação do Curso de Direito no campus de Foz do Iguaçu, a Unioeste.

Haja vista, senhor presidente, de que na sessão de ontem, foi retirado a requerimento do deputado Elio Rusch. Porém, senhor presidente, para lembrar quero dizer de que a Unioeste -Campus de Foz do Iguaçu, fez uma pesquisa ouvindo a população de Foz do Iguaçu, em especial os estudantes e que eles indicaram os cursos de preferência. E o curso de direito, senhor presidente e senhores deputados, foi um dos cursos mais votados. Obtendo, portanto, pouco mais de 72% da preferência dos estudantes de Foz do Iguaçu e da região do extremo Oeste do Estado.

Tramitam outros projetos de minha autoria com relação a cursos superiores e este curso de direito nada mais é do que um curso da série que apresentamos. Nada mais e nada menos, senhor presidente, transformamos os anseios da população em projeto de lei. E também queremos agradecer à C.C.J. e à Comissão de Educação, pelo trabalho que fizeram, pela agilidade no que diz respeito ao trabalho das comissões, liberando para que fosse colocado em votação o quanto antes possível.

Queremos também agradecer ao presidente Nelson Justus que, atendendo ao nosso apelo, colocou o curso de Direito em votação na sessão de ontem. inclusive, quero dizer de que o curso de Direito faz parte de um entendimento já acertado com o governo do Estado do Paraná para que seja criado e implantado no campus de Foz do Iguaçu da Unioeste.

Portanto, senhor presidente, fiquei surpreso com a retirada e numa conversação, num entendimento com o deputado Elio Rusch, nós entramos num acordo de que ele e nós juntos pudéssemos fazer uma emenda, um projeto de que o curso fosse não só para Foz do Iguaçu como também para Marechal Cândido Rondon. Dentro desse entendimento vamos apresentar uma emenda e, infelizmente, tenho que lamentar que vai retardar um pouco, mas para que fique no consenso, que tenha essa conciliação, nós entramos nesse entendimento.

E quero pedir aos demais colegas deputados que aprovem esse requerimento para que seja incluído na próxima Sessão Extraordinária.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Senhores deputados que concordam com o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 2568, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2527 e 2562, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2528, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2529, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2530, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2531 à 2534, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2535 e 2536, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2537 à 2560, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2564, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. À Comissão Executiva.

Requerimentos nºs 2565 e 2566, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, com apoio do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa tem o prazer de convidar os senhores deputados para participarem das comemorações dos 147 anos de Emancipação Política do Paraná, no dia 19 de dezembro, terça-feira, evento comemorativo público em parceria com a União Cívica Feminina, às 10 horas da manhã, na Praça 19 de Dezembro. A Sessão Solene de Comemoração dos 147 anos de Emancipação Política do Paraná às 15:30 horas, em parceria com o Movimento Pró Paraná no Plenarinho da Assembléia Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 15, às 10:00 horas para encerramento da 2ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 6ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Saúde Pública sob presidência do senhor deputado Luiz Accorsi e com a presença dos seguintes deputados: Edgar Bueno, Serafina Carrilho, Hidekazu Takayama e Ademir Bier. Havendo

número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 101/2000 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Accorsi - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 097/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademir Bier - APROVADO; 03) projeto de Lei nº 653/99 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademir Bier - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 226/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Accorsi - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 179/2000 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Accorsi - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 282/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Edgar Bueno - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 307/2000 de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hidekazu Takayama - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Osmar Prestes, secretário desta Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
11ª ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duflío Genari, Pastor Edson Praczyk, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Carlos Simões, Cesar Seleme, Nereu Moura e mais os deputados Marcos Isfer, Edgar Bueno, Edson Strapasson e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 360/2000 de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 359/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 358/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 357/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 356/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 355/

2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 354/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 353/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 352/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 351/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 350/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 349/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 348/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 347/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 346/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 381/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Belinati, no sentido de que a presente matéria seja devolvida ao autor para correções - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 264/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 378/2000, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do deputado Waldyr Pugliesi, lido pelo deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 317/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Waldyr Pugliesi na forma da emenda anexa, lido pelo deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 251/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 392/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 399/2000, de autoria do Poder Executivo. Concedido vistas ao deputado Orlando Pessuti; 23) Projeto de Lei nº 239/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa, lido pelo deputado Edgar Bueno - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 338/2000 de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 340/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão.

Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura às emendas de Plenário - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 097/2000 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura à emenda de Plenário - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 341/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 335/2000, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. O senhor presidente solicita que seja encaminhado cópia da matéria a todos os membros desta Comissão; 32) Projeto de Lei nº 405/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. O senhor presidente solicita que seja encaminhado cópia da matéria a todos os membros desta Comissão; Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
24ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Durval Amaral, Antônio Carlos Belinati, Carlos Simões, Hermes Fonseca e mais os deputados Marcos Isfer, Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Valdir Rossoni, Beraldin e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Concedido vistas ao deputado Orlando Pessuti; 02) Projeto de Lei nº 405/2000 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Concedido vistas ao deputado Orlando Pessuti; 03) Projeto de Lei nº 399/2000 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 386/2000 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 412/2000 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Car-

los Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
12ª ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Hermes Fonseca, Durval Amaral, Antônio Carlos Belinati, Plauto Miró e mais os deputados Irineu Colombo, Orlando Pessuti e Luiz Fernandes Litro. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 416/2000, de autoria dos deputados Beraldin e Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 411/2000 de autoria do Poder Executivo. O deputado relator Antonio Carlos Belinati, requer mais prazo para análise da matéria; 03) Projeto de Lei nº 400/2000 de autoria do deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 404/2000 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, com voto contrário dos deputados Orlando Pessuti, Nereu Moura e Hermes Fonseca - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 405/2000 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, com voto contrário dos deputados Nereu Moura, Orlando Pessuti e Hermes Fonseca - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 199/2000, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária